



Balanco da atuação parlamentar 2019 - 2022

sumário

APRESENTAÇÃO	4
2019	27
2020	51
2021	77
2022	103
VIAGENS	129
PROJETOS APROVADOS	131
TRANSPARÊNCIA	135
QUEM FAZ O MANDATO	144

apresentação

*“Sonha e serás livre de espírito...
luta e serás livre na vida”*
Che Guevara

Resumir um mandato parlamentar de quatro anos não é tarefa simples. Sobretudo, quando esse mandato é construído coletivamente e formado por uma diversidade muito grande de lutas, iniciativas e interlocutores. Temos consciência de que, ao ocupar um gabinete na Assembleia Legislativa, lidamos com os muitos sonhos e as muitas esperanças da população cearense; somos mobilizados por muitas demandas e muitas expectativas dos lutadores sociais que se espalham por todos os pontos do nosso território.

Cientes disso, procuramos manter as portas do nosso mandato sempre abertas. Procuramos acolher e dar consequência a todas as reivindicações que nos chegaram (pelas redes, pelo parlamento e pelas ruas) e nas mais diversas áreas: direitos humanos, educação, saúde, cultura, trabalho e emprego, meio ambiente, assistência social, funcionalismo público... Isso nos trouxe grandes responsabilidades e inúmeros compromissos; fez da nossa agenda de trabalho uma intensa e profun-

da jornada por entre os problemas e desafios que afligem o Ceará.

Desde 2019, aprovamos quase 30 leis, além de uma proposta de emenda constitucional e quase duas dezenas de projetos de indicação. Além disso, apresentamos incontáveis emendas parlamentares, realizamos dezenas de audiências públicas (foram quase 60 debates realizados em quatro anos, sobre os mais diversos temas), organizamos vários debates, seminários e conferências, e atuamos junto ao poder público fazendo cobranças, apresentando sugestões e realizando denúncias. Tudo sempre construído de forma coletiva, junto aos movimentos sociais, ao funcionalismo e à sociedade civil.

Apesar de tantas e enormes tarefas, a garra e a coragem dos homens e mulheres que constroem o cotidiano do nosso estado nos iluminaram nessa jornada. As restrições e os cuidados sanitários decorrentes da pandemia da Covid-19 reduziram as possibilidades de viagem ao Interior durante boa parte desse segundo



Concentração da carreta/
bicileata contra Bolsonaro
em Fortaleza (31/01/2021)

mandato. Ainda assim, percorremos municípios em todas as regiões do Estado, visitamos assentamentos de trabalhadores rurais e comunidades tradicionais, estivemos em escolas, universidades e instituições de ensino, acompanhamos festejos e eventos da cultura, fortalecemos as lutas sindicais e populares.

Nesta publicação, fazemos uma prestação de contas do nosso mandato, tentando não apenas mapear e sistematizar o que foram os últimos quatro anos, para nós e para a sociedade cearense; mas também procurando compreender o significado das nossas agendas e mobilizações. Queremos também localizar os desafios que superamos e aquelas que ainda se colocam para nosso mandato. Sobre tudo, em tempos em que a extrema-direita e seus tentáculos nazifascistas ameaçam o estado democrático.

Se o papel de um parlamentar é fiscalizar, dialogar, cobrar e propor, o papel de um mandato popular, sustentado na luta pelo ecossocialismo e na defesa dos direitos humanos, é, sobretudo, ouvir e servir de caixa de ressonância para as aspirações do nosso povo. Paz sem voz, o poeta nos ensina, não é paz, é medo. Pois queremos seguir amplificando a voz da população cearense para que não seja o medo o mobilizador dos nossos atos, mas a coragem de lutar por justiça e melhores condições de vida. Boa leitura!

Foto: Elizandro Anjos



*“Aquilo que a poesia realiza com o poder de dizer,
a política e a filosofia devem realizar com o poder
de agir”*

Giorgio Agamben

cultura

Uma das imagens mais belas e marcantes em nossa passagem pela Assembleia Legislativa foi a tomada do plenário 13 de Maio pelos grupos de maracatu cearense. Isso aconteceu durante uma sessão solene que promovemos, ainda em 2016 e que homenageava essa tradição tão característica da nossa cultura. Naquela oportunidade, a explosão de cores e texturas dos brincantes, com suas fantasias, seus balaies e adereços, contrastou com rigidez do cinza da arquitetura oficial; o baque dos tambores abriu espaço em meio ao decoro sonoro das solenidades oficiais.

Foi uma imagem marcante por vários motivos. Primeiro porque o nosso maracatu, expressão única no contexto da cultura brasileira, talvez seja a manifestação folclórica que mais representa a descendência afro-ameríndia do cearense. Depois porque nesse contraste entre a formalidade do protocolo do parlamento e a vivacidade das cores daqueles corpos e daquelas “nações”, com seus reis e rainhas estilizados, ficou evidente o poder transformador da cultura, sobressaiu a

capacidade da cultura de reinventar a experiência humana, de amalgamar dinâmicas existenciais e estéticas, heranças e projetos, que se encontram à revelia da institucionalidade e do mercado - e com os quais fazem enfrentamentos permanentes.

É a partir desse contraste, dessa fricção simbólica, dessa rasura causada pelas manifestações culturais, sobretudo da periferia, no acervo das experiências culturais hegemônicas, que procuramos nortear nossa atuação parlamentar. Combinando a defesa da memória e a aposta na reinvenção do futuro, apoiando e reconhecendo os fazedores de cultura, lutando por mais orçamento e atuando pela implantação de políticas públicas mais conseqüentes e democráticas. Se não há paz sem voz, como diria a canção, é certo também que não haverá arte sem a voz dos seus artistas, compreendida aqui no sentido da afirmação das demandas que esses profissionais trazem em seus ofícios.

Portanto, fazer reverberar a voz dos e das artistas, dos e das fazedores e fazedoras de cultura, dos mais

amplos e diversos setores da sociedade, foi o desafio a que nós nos propusemos em nosso trabalho na seara cultural. E atuamos tanto a partir do nosso mandato propriamente dito quanto a partir da Frente Parlamentar em Defesa da Cultura, da qual ocupamos a presidência e por meio da qual conseguimos mobilizar, articular e construir importantes canais de diálogos, dando visibilidade e fazendo avançar importantes debates voltados para as políticas do setor.

Antes de mais nada, nós procuramos reconhecer e homenagear as pessoas que fazem cultura. Fizemos várias saudações e prestamos inúmeros tributos a artistas e manifestações culturais, seja por meio de solenidades especiais (como foi o caso do maracatu cearense ou a sessão em homenagem ao cantor e compositor Ednardo); seja por meio de iniciativas legislativas, a exemplo das leis que batizaram importantes equipamentos da cidade com o nome de grandes referências culturais como o professor Gilmar de Carvalho e a maestrina Izaíra Silvino; ou da lei que instituiu efemérides como o Dia Estadual dos Quadrinhos e o Dia Estadual da Literatura Infantil, essa última uma homenagem ao poeta e professor Horácio Dídimo.

Mas, para além das (justas) homenagens, nós procuramos formular e intervir de forma concreta nas políticas públicas. Atuamos de forma direta, por exem-

plo, no debate sobre a criação um novo marco legal da cultura no estado do Ceará, luta que se desdobrou em instrumentos importantes como a lei orgânica da cultura (lei 18.102/2022) e o Código do Patrimônio Cultural do Estado do Ceará (lei 18.232/2022).

Naquele momento, era urgente o debate sobre o modo como o estado (não) reconhecia a singularidade dos fazedores de cultura. Muitas vezes, artistas da chamada cultura popular não conseguiam vencer circuitos mais burocratizados e os recursos públicos da área acabavam sem ser acessados por quem mais precisa. Mesmo defendendo a transparência, o republicanismo e a boa versação das verbas públicas, nós entendemos que o aparelho estatal não pode se relacionar com um rabequeiro do Interior, com um grupo de rap ou com um grupo de teatro da periferia, por exemplo, da mesma forma que se relacionava com uma empreiteira. As amarras burocráticas estavam contendo a enorme potência socioeconômica e o imenso poder transformador da cultura.

Levantamos também o debate sobre a consolidação de um orçamento para financiamento regular do setor, o que permitiria uma gestão cultural de qualidade, ou seja, com investimentos em formação, equipamentos e valorização dos trabalhadores e trabalhadoras da área. Permitiria também ações de fomento

que seriam fundamentais para o fazedor e a fazedora de cultura, sobretudo em seus primeiros anos de atividade profissionalizada – a exemplo do que aconteceu com as políticas do esporte, onde as bolsas atleta ajudaram a viabilizar a carreira de inúmeros profissionais. Além disso, poderia financiar ações transversais junto à área de educação que poderiam fazer das nossas escolas, tanto da rede estadual quando das redes municipais, centros culturais muito pujantes.

Temos consciência de que políticas públicas na área de cultura não podem ditar regras ou impor diretrizes que resvalém para o dirigismo estético. Pelo contrário, elas deverão sempre e apenas se configurar, como propunha Darci Ribeiro, num estímulo do estado para que a criatividade de um povo floresça, sem jamais intervir de forma direta no que será ou não produzido. Entretanto, esse mesmo estímulo público – ou essa participação do poder público na cadeia de produção da cultura – deve se prestar a garantir certos equilíbrios e a mediar determinadas assimetrias na circulação de informações e produtos culturais.

Foi assim que aprovamos, por exemplo, a lei das diretrizes da música cearense (lei nº 18.260/2022). O texto prevê mecanismos para a promoção, o fortalecimento, a difusão e o desenvolvimento das expressões musicais produzidas no Ceará e amplia as estratégias

previstas em leis anteriores, a exemplo do Plano Estadual da Cultura (lei 16.026/16) e na Lei Orgânica da Cultura do Estado do Ceará (lei nº 18.012/2022). O objetivo da lei, que foi elaborada em parceria com pesquisadores e profissionais da música, buscando atender a demandas enfrentadas pelo setor no estado, é contribuir para o fortalecimento das múltiplas expressões musicais produzida no Ceará, possibilitando condições materiais de reprodução e o acesso da população cearense ao patrimônio cultural e artístico do estado.

Entendemos que é necessário que o governo promova ações de estímulo à arte musical cearense, entendendo suas especificidades e estimulando o sempre necessário diálogo entre poder público e sociedade civil no aprimoramento de políticas públicas. É por isso que defendemos critérios mais razoáveis para as contratações de artistas pelo poder público, em geral feitas privilegiando grandes nomes do mercado nacional em detrimento dos artistas que atuam localmente nas cidades cearenses. Entre outros pontos, a lei prevê o apoio à contratação de artistas e grupos artísticos cearenses ou que atuem no Ceará em festivais, programações permanentes e temporárias, shows, comemorações alusivas a datas e fatos importantes e outros eventos culturais realizados no Estado.

Sob nossa liderança, a CDHC realizou, de 2019 a 2022, 562 atendimentos de violações de direitos humanos, 54 audiências públicas, 25 reuniões técnicas e 16 visitas técnicas. Numa atuação que alcançou 145 municípios. São casos que contemplam questões como o direito à diversidade; a defesa de políticas sociais e dos direitos socioambientais; a luta por terra, território e moradia; o combate à tortura e à violência institucional; a afirmação dos direitos dos povos indígenas; a defesa da liberdade e a proteção aos defensores de direitos humanos.

Foram várias as formas de abordagem desses temas, indo desde audiências públicas, seminários e reuniões de trabalho até visitas técnicas e outros expedientes oficiais. Tudo sempre pautado por muito diálogo com diversos setores da sociedade. Entre os atendimentos mais recorrentes, estão violações aos direitos de pessoas privadas de liberdade, demandas de acesso à justiça, acesso à saúde, intolerância religiosa, violência policial, violação aos direitos de crianças e adolescentes, conflitos socioambientais, ameaças de morte, violência contra a mulher, violação dos direitos e das garantias sindicais, violação dos direitos dos povos indígenas, LGBTfobia, violação dos direitos das pessoas com deficiência, violação aos direitos humanos dos profissionais da segurança pública e outros.

Alguns dos temas que atravessaram a atuação da CDHC entre 2019 e 2022: a luta das mães das vítimas da Chacina do Curió, a luta das famílias atingidas pelas obras do Veículo Leve sobre Trilhos (VLT), a mobilização das comunidades costeiras, indígenas e quilombolas em busca do direito à terra, a denúncia e o pedido de providências oficiais em relação aos casos de feminicídio e assassinatos de pessoas trans, o trabalho dos catadores de materiais recicláveis, a luta contra o projeto de mineração de urânio em Santa Quitéria, o acompanhamento das pessoas em situação de rua e as denúncias de tortura no sistema penitenciário do estado.

No mesmo período, o Escritório de Direitos Humanos e Assessoria Jurídica Popular Frei Tito de Alencar (EFTA), órgão permanente de promoção da cidadania da Assembleia Legislativa e vinculado à CDHC, fez 410 atendimentos, beneficiando 43 mil famílias só no último biênio (2021-2022), contemplando 135 municípios cearenses. Já o Comitê de Prevenção e Combate à Violência, também ligado à CDHC e voltado à formulação de estratégias de prevenção à violência no Ceará, realizou 24 publicações, entre notas técnicas, relatórios de atividades e de pesquisas. Além disso, desenvolveu um painel de monitoramento de homicídios atualizados a partir de dados da Superintendência de Pesquisa e Es-

estratégia de Segurança Pública (Supesp) e da Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social (SSPDS).

A experiência sombria do reacionarismo no comando do poder nacional espalhou ramificações nas diversas dimensões da vida social. E trouxe consigo o aumento da violência institucional, dos feminicídios, dos casos de lgbtphobia, racismo e intolerância religiosa, entre outros agravos à democracia. Isso tornou evidente a urgência e a importância de uma atuação dos defensores dos direitos humanos no sentido da consolidação dos instrumentos democráticos e da sua efetiva aproximação com as demandas mais concretas e imediatas da maioria da população.

Assim, uma comissão de direitos humanos localizada no âmbito de um parlamento atua não apenas para diligenciar junto aos órgãos de segurança e ao poder público em causas relacionadas a violações de direitos. Elas se prestam, sobretudo, a denunciar a incompletude do nosso processo democrático e do estabelecimento do Estado do Direito para todas as pessoas, indistintamente. E também a fazer ecoar as insurgências contra as desigualdades, contra as diversas formas de violência e contra a ausência de cidadania para várias parcelas da população.

Apoiamos essas lutas e essas insurgências porque queremos apontar e aprimorar os caminhos da de-

mocracia e dos direitos de todas as pessoas. Afinal, os direitos humanos nascem no contexto da afirmação histórica de uma grande luta: a luta da humanidade em busca da dignidade. O direito humano é o direito de uma pessoa ser respeitada em sua cidadania, em sua identidade, em sua nacionalidade, em sua cultura. É o direito a não ser discriminado, não ser alvo de preconceito, de violência física ou psicológica; ao mesmo tempo em que é a garantia de ter acesso à saúde, à educação, a um trabalho decente. Ter acesso à moradia e à participação na vida política. É, enfim, o direito a ter direitos.

energias transformadoras que seguem lutando por um novo e melhor futuro para a educação do Ceará. E foi dessa energia que nasceram projetos que reputamos contribuições importantes para as políticas educacionais do Estado.

Uma dessas iniciativas foi a lei 17.253/20, de nossa autoria, ao lado das ex-deputadas Augusta Brito, Patrícia Aguiar e Érika Amorim, que redefine as atribuições das Comissões de Proteção e Prevenção à Violência contra crianças e adolescentes nas escolas públicas e privadas do Ceará. A lei foi resultado de um amplo diálogo com representantes de diversos segmentos que participam do cotidiano escolar: professores, servidores da SEDUC, Ministério Público e outras entidades da sociedade civil como a ONG Visão Mundial. No início de 2023, a lei ganhou ainda mais evidência em função dos ataques às escolas verificados em todo o Brasil – e também no Ceará –, resultado, sobretudo, da expansão das idéias armamentistas e do discurso de ódio praticado por Bolsonaro e seus apoiadores de extrema-direita.

A partir do Estatuto da Criança e do Adolescente, a atenção com atos de violência praticados nas redes pública e privada de ensino ampliou-se, do ponto de vista legal, mediante leis que buscaram coibir essa prática, especialmente dentro do ambiente escolar. A lei 17.253/20 aprimorou e atualizou o texto de uma lei

estadual anterior (nº 13.230/2002), de autoria do ex-deputado João Alfredo, que foi uma importante ferramenta de proteção e prevenção à violência praticada contra a criança e o adolescente no ambiente doméstico. Entretanto, a sociedade tornou-se mais complexa e foram necessárias algumas atualizações para aproximar essa legislação do dia a dia do ambiente escolar.

Outra expectativa que conseguimos fazer avançar foi o marco legal da chamada educação contextualizada para o semiárido. A lei 18.164/22, de nossa autoria, garante a promoção de práticas educacionais e pedagógicas emancipatórias que tenham como base a realidade social de professores(as) e estudantes. O objetivo é contextualizar o processo de ensino-aprendizagem na realidade local, considerando as dimensões social, cultural, econômica e ambiental do semiárido e contribuindo para o desenvolvimento sustentável do estado.

A lei foi resultado de uma construção coletiva entre nosso mandato e vários interlocutores ligados à luta pela educação, como o Projeto Contexto, Plataforma Educação Marco Zero, WeWorld Brasil, Instituto Maria da Penha (IMP), Cáritas Diocesana de Crateús, Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST) e Escola Família Agrícola Dom Frágoso, entre outros. “Educação Contextualizada” é um termo cunhado pelos mo-

vimentos sociais para tratar de modelos educativos que têm por objetivo, além do ensino das disciplinas curriculares, a promoção da cidadania diante do contexto social, cultural e geográfico em que alunos, alunas, professores e professoras estão inseridos.

A idéia, como diria Paulo Freire, é “ler o mundo antes de ler a palavra”. Ou seja, promover a produção do conhecimento a partir da realidade com o objetivo de modificá-la. Por isso, entendemos que essa foi uma vitória no sentido de, a partir das especificidades do semiárido, associar a escola a um currículo efetivamente contextualizado para que o processo educacional tenha sentido concreto na vida de professores (as) e estudantes.

Nós entendemos que, em se tratando de políticas públicas de educação, o todo está na parte e a parte está no todo. Ou seja, precisamos compreender as potências e os problemas da educação cearense a partir da articulação entre diversas questões: condições estruturais das escolas, contexto de violência dos territórios, acompanhamento psicológico e pedagógico dos alunos, evolução dos investimentos, questões curriculares e, em particular, as condições de trabalho das pessoas que fazem o magistério.

Em relação aos professores e professoras, são esses profissionais que suportam, na linha de frente da

sala de aula e do ambiente escolar, toda uma pressão institucional e social que é resultado dessa cadeia de fatores. Resultado: não raro, esse público padece de agravos na saúde mental como ansiedade, depressão, síndrome do pânico, burnout, comportamento suicida, lutos dolorosos e sentimentos como insegurança, medo e solidão. Nesse sentido, conseguimos aprovar a lei 17.909/2022, que institui no calendário oficial do Estado a campanha “Outubro Lilás”, voltada à promoção e à valorização da saúde mental de professores e profissionais da educação.

Além desses projetos, realizamos muitas audiências públicas e debates que tentaram não apenas dar visibilidade aos problemas e às soluções possíveis para o contexto educacional cearense, mas também sensibilizar e aproximar a sociedade desse enorme desafio. Isso é importante porque nossa escola precisa de uma revolução. E essa revolução só virá se a sociedade efetivamente abraçar a escola e a educação pública.



"Nossa civilização está sendo sacrificada pelo interesse de um pequeno grupo de pessoas em continuar recebendo enormes quantias de dinheiro."

Greta Thunberg

meio ambiente

Mudar o sistema para não mudar o clima. Essa tem sido uma frase de luta dos movimentos ambientalistas em sua denúncia permanente do aquecimento global e da emergência climática. Essa é, afinal, a escolha crucial que a humanidade precisa fazer. E de forma urgente. Sacrificar o planeta para atender o interesse de uma elite capitalista cada vez mais predatória, excludente e gananciosa; ou mudar profundamente hábitos de consumo, modelos produtivos e matrizes energéticas como forma de salvar a vida na Terra.

Provocada pelas excessivas emissões de gases de efeito estufa (principalmente CO₂), a emergência climática descortina todo um teatro de práticas e mentalidades ainda presas à queima de combustíveis fósseis (em particular, petróleo, carvão e gás), ao desmatamento desenfreado e às práticas agrícolas insustentáveis. Com isso, de um lado se perfilam os interesses poderosos da indústria do petróleo, do agronegócio, das mineradoras e das empresas de energia; de outro, se mobilizam os e as defensores e defensoras do meio

ambiente. Nessa balança, o lucro jamais poderá estar acima da vida.

Em nosso segundo mandato como deputado estadual na Assembleia Legislativa do Ceará, fizemos reverberar essa emergência e essas contradições, reafirmando os compromissos da luta ecossocialista a partir de uma agenda parlamentar que combina questões como o combate aos agrotóxicos e aos alimentos transgênicos, a defesa dos povos tradicionais (efetivos protetores da natureza e do clima), a mobilização antimineração e a denúncia dos projetos hidroativos que aprofundaram a injustiça hídrica no Ceará.

Com um território praticamente todo localizado no semi-árido, nosso estado vai se tornando um das regiões mais atingidas pelas mudanças climáticas – com secas mais agudas e prolongadas, ondas de calor mais inclemente, aumento do nível do mar, concentração de chuvas intensas e com alto poder de destruição, desalojamento de comunidades inteiras, entre outros fatores.

O debate que já é urgente torna-se ainda mais dramático em nossa própria terra. Por isso, temos tentado atuar de forma diligente na defesa do acesso à água por parte da população; da produção de energia limpa e acessível; da gestão de cidades arborizadas e sem poluição; do banimento dos venenos nas lavouras; da sustentabilidade nos mares, rios e florestas; e, sobretudo, da garantia de vida para as futuras gerações.

Um dos exemplos da nossa atuação nessa seara foi a aprovação da lei 16.820, de nossa autoria (em parceria com o então deputado Elmano de Freitas), conhecida como Lei Zé Maria do Tomé, que proibiu a pulverização aérea de agrotóxicos no território cearense. Desde que foi aprovada, no fim de 2018, a lei vem sendo alvo do agronegócio. Representantes do setor tentaram, sem sucesso, derrubar a lei no Supremo Tribunal Federal, que, no entanto, acabou reafirmando sua constitucionalidade.

A derrota no STF, porém, não encerrou a campanha do agronegócio, que segue tentando confundir a opinião pública, distorcendo dados e espalhando fake news. Por isso, a mobilização em defesa da lei permanece, inclusive com outros desdobramentos – como a aprovação da lei 17.122/19, que instituiu no calendário oficial do estado a semana Zé Maria do Tomé, homenagem ao lutador camponês que dedicou a vida à luta

contra os agrotóxicos na região do Apodi e que, por isso, foi covardemente assassinado.

Essa é uma luta dura. A indústria do veneno envolve uma rede geopolítica formada por interesses de corporações muito poderosas. Para aprovar a lei na ALE-CE, foram necessários quatro anos de muitos debates, entrevistas e audiências públicas, ao longo dos quais nosso mandato se apoiou de forma decisiva na ciência e na Constituição. Houve uma grande articulação de pesquisadores e professores de diversas universidades, além de trabalhadores rurais e ambientalistas. Ao fim da tramitação, conseguimos convencer a sociedade cearense que a pulverização está contaminando a água, a terra e as pessoas, com efeitos muito perversos como o aumento vertiginoso dos casos de câncer.

Na área ambiental, é preciso seguir com esse trabalho de convencimento. Dentro e fora do parlamento. Como diz a militante sueca Greta Thunberg, nossa casa está pegando fogo e não existe um planeta B. Não é mais possível tergiversar sobre o tema. O ciclo de vida consagrado pela lógica deletéria do capitalismo está sabotando nossa própria existência. Mais uma vez: ou nós mudamos o sistema (alterando toda a base econômica ligada à produção agrícola, aos transportes e à produção de energia) ou o clima continuará mudando, com consequências terríveis

para a vida em escala global.

Nosso mandato levou esse debate para a Assembleia Legislativa do Ceará por meio do projeto de lei 399/2021, que determina o reconhecimento do estado de emergência climática no Estado do Ceará e propõe um plano de enfrentamento à crise ambiental. Nós queremos que o estado não apenas reconheça esse limite ao qual chegamos, como também defina a adoção de todos os esforços cabíveis sobre o tema. Priorizando, sobretudo, a realização da transição para matrizes energéticas socioambientalmente sustentáveis e neutras em emissões de gases de efeito estufa.

É necessário que seja estabelecido imediatamente um plano de metas, com diretrizes que priorizem as comunidades historicamente vulnerabilizadas e desproporcionalmente impactadas por injustiças e pelo racismo ambiental. Além disso, é preciso estabelecer um amplo debate com a sociedade cearense sobre a transição radical para uma economia que não se baseie no consumo de combustíveis fósseis, com o planejamento e implementação de políticas para mitigação das alterações no clima.

Além disso, é preciso compreender que não basta que a energia seja limpa. Matrizes como a energia solar ou a energia eólica, por exemplo, precisam também ser geradas de forma limpa, o que significa dizer

que devem ser resultado de processos tecnicamente, ambientalmente e socialmente sustentáveis, que não aprofundem desigualdades nem comprometam o meio ambiente. Queremos construir essa agenda em nosso estado, mas ela não pode ser conduzida de forma açodada e sem uma efetiva discussão com a sociedade, onde possam ser apresentadas, de forma sóbria, responsável e transparente, as reais implicações dessas novas matrizes.

Em se tratando de meio ambiente, o futuro é pra ontem.

Foto: Antônio Rodrigues



“Saúde não é mercadoria. Vida não é negócio. Dignidade não é lucro. Direitos conquistados não podem ser retrocedidos, sequer instabilizados”
ministra Carmen Lúcia, do STF, em decisão tomada na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 532.

saúde

A experiência mais dramática vivida pela humanidade nas últimas décadas foi, sem dúvida, a pandemia de Covid-19, que vitimou milhões de pessoas em todo o mundo entre os anos de 2020 e 2022. No Brasil, cerca de 700 mil pessoas perderam a vida por conta do coronavírus. Apesar da gravidade do quadro sanitário global, nosso país tinha tudo para ser uma das nações que melhor fariam frente à doença: contamos com um robusto sistema público de saúde (o SUS), dispomos de profissionais e técnicos qualificados, e temos um exitoso aparato de vacinação em massa, desenvolvido e aperfeiçoado ao longo das últimas décadas.

O Brasil, no entanto, terminou sendo um dos países mais duramente atingidos pela doença. Tudo graças à irresponsabilidade do (des)governo Bolsonaro, uma gestão inepta, incompetente e assassina, que nunca colocou a vida e a saúde do povo brasileiro como prioridades. O hoje ex-presidente, desde seu primeiro dia de governo, sempre deixou claro que nunca teve quaisquer condições de ser chamado de chefe de Estado.

Faltam-lhe decência, empatia e seriedade. Em relação à Covid, Bolsonaro relativizou a pandemia, chamou a doença de “gripezinha”, deu continuamente exemplos de menosprezo e de falta de sensibilidade com o sofrimento alheio e adotou uma agenda permanente de ataques à ciência e à vacina.

Em pelo menos sete oportunidades ao longo do ano de 2020, no período mais agudo da pandemia, Bolsonaro poderia ter tomado a liderança do País e lutado para que os imunizantes chegassem à população brasileira de forma mais rápida e efetiva. Mas ele não apenas negou os apelos e as ofertas de institutos de pesquisa e de empresas farmacêuticas, como passou a disseminar o negacionismo anti-vacina, o que aprofundou a letalidade da Covid-19 no país. Portou-se não como um chefe de estado, mas como um verdadeiro genocida – lembrando que o artigo 7º do Estatuto de Roma, que cria o Tribunal Penal Internacional (TPI), conceitua o crime de extermínio quando um chefe de Estado, intencionalmente, opera para não fazer chegar

medicamentos à população que mais precisa.

Mesmo com a negligência criminosa de Bolsonaro e seus apoiadores, a pandemia evidenciou a importância do nosso sistema público de saúde, sem o qual a tragédia sanitária no Brasil teria sido muito maior. Cerca de 75% dos brasileiros e 80% dos cearenses dependem diretamente do Sistema Único de Saúde (SUS) e do Sistema Único de Assistência Social (Suas), que foram absolutamente fundamentais no enfrentamento da doença e de suas inúmeras repercussões socioeconômicas.

Uma das principais causas do surgimento da pandemia foi o desequilíbrio ambiental, diretamente relacionado com o avanço inconseqüente do homem sobre áreas de florestas e outros ecossistemas. Isso colocou a humanidade diante de um quadro permanente de graves ameaças sanitárias, na medida em que, se não houver uma mudança profunda na lógica global de produção e de consumo, outras pandemias se seguirão, tão ou até mais graves do que a crise de 2020-2022.

Desde o início da pandemia do Coronavírus, nosso mandato atuou no sentido de apresentar e fortalecer iniciativas voltadas à proteção social e às garantias fundamentais da população. Em particular, das pessoas mais vulneráveis no contexto de isolamento social, a exemplo de trabalhadores informais, população em situação de rua e estudantes da rede pública de ensino; e também

de categorias profissionais impactadas mais diretamente pela pandemia, como os trabalhadores e trabalhadoras da área de saúde. Além disso, propusemos medidas que preservaram direitos no contexto de calamidade pública e instituíram mecanismos de garantia da transparência dos gastos por parte do poder público.

Logo na noite do dia 16 de março de 2020, quando foi decretado estado de emergência de saúde pública no Ceará, um dia após o registro dos primeiros casos de Covid-19 no estado, nosso mandato protocolou na Assembleia Legislativa o projeto de lei 64/2020. A proposta, que depois viraria a lei estadual 17.212/2020, criou um “programa de diretrizes de atenção às populações mais vulneráveis em situações de emergências decorrentes de epidemias”. Entre outros pontos, a lei determinou que os estabelecimentos privados não poderão praticar preços abusivos na venda de insumos relativos à proteção da população e deverão fornecer meios de higienização que visem a conter a propagação de doenças.

Ao longo dos últimos anos, seguimos acompanhando com preocupação e prudência a evolução do coronavírus no País e, em especial, no Ceará. Ao mesmo tempo em que cobramos ações e providências de órgãos e instituições públicas, procuramos fazer essa incidência no debate legislativo, com criatividade e sensibilidade em relação às demandas da população.

Apresentamos, por exemplo, um projeto que destinava metade das vagas de UTI na rede privada para usuários do SUS; outro que permitia ao poder executivo utilizar prédios abandonados para o acolhimento da população de rua; e ainda uma emenda que garantiu transparência dos gastos realizados pelas prefeituras durante o quadro de calamidade pública.

Nosso mandato também vem acompanhando de perto a luta em defesa dos órfãos da Covid-19, ou seja, crianças e adolescentes que perderam pais ou responsáveis para a doença. Setores organizados da sociedade civil cobram, há mais de dois anos, a ampliação de políticas públicas que atendam a este público. A Articulação de Apoio à Orfandade de Crianças e Adolescentes pela Covid-19 (AOCA), por exemplo, estima que, só no Ceará, entre 8 e 10 mil crianças e adolescentes ficaram órfãos por causa da Covid-19. Desse total, 3 mil estariam em Fortaleza. No Brasil, o Conselho Nacional de Saúde (CNS) calcula que este número chegue a 230 mil, considerando também aqueles que tinham avós/avôs como cuidadores.

Para além dos desafios colocados pela Covid-19, nós atravessamos nossos dois primeiros mandatos na Assembleia Legislativa procurando fazer avançar o debate sobre saúde pública, entendendo que as políticas para essa área devem ser resultado da soma de vários deter-

minantes. Não é possível falar de saúde sem considerarmos, por exemplo, fatores como moradia, segurança alimentar, renda básica, acesso à água e ao saneamento. Ou sem considerar o debate em defesa do SUS, com a denúncia de seu subfinanciamento, da precarização das relações trabalhistas e da privatização dos serviços.

Também entendemos que é preciso falar de saúde contemplando as questões ligadas à saúde mental. Nesse sentido, sempre defendemos o fortalecimento das políticas públicas voltadas para temas como a prevenção do suicídio, as condições de trabalho de profissionais de áreas como a educação e a segurança pública e o melhor financiamento de equipamentos como os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS). Nós queremos que a saúde mental disponha de uma política transversal que esteja presente desde as comunidades e que vá até a rede SUS, até a dimensão da alta gestão. Para isso, é imprescindível superarmos os tabus para podermos falar de saúde mental como um tema central de direitos humanos.

Saúde é direito; não é mercadoria. Ela não deve estar atravessada pela lógica do lucro, não pode ser seqüestrada pela concepção privatista nem pela lógica mercantil. É nesse diapasão que seguimos lutando. Em defesa do SUS, em defesa da saúde pública e universal, em defesa da vida.

2019

fevereiro

POSSE



DIA 1: Oficialmente empossado como deputado estadual para o segundo mandato na Assembleia Legislativa. Seria o início da nossa nova caminhada dentro (e também fora) do parlamento cearense, sempre pautados pela defesa da democracia e dos direitos humanos, pelo combate ao fascismo bolsonarista e pela luta a favor do meio ambiente e da justiça social.

AGROTÓXICOS



DIA 7: Dezenas de entidades ligadas ao movimento ambiental e às pautas de saúde coletiva manifestaram apoio à lei 16.820/19, de nossa autoria, que proíbe a pulverização aérea de agrotóxicos no Ceará e que fora sancionada pelo governador Camilo Santana no início do ano. Entre elas, Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco), Associação Brasileira de Agroecologia (Aba) e ONG Terra de Direitos.

DIREITOS HUMANOS



DIA 20: Assumimos a presidência da Comissão de Direitos Humanos e Cidadania da Assembleia Legislativa. Uma vitória partilhada com os movimentos sociais que apoiaram nossa postulação, marcada por inúmeras reuniões, debates e por um manifesto assinado por mais de 200 organizações.

TORTURA



DIA 27: Ao lado de peritos do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (MNPCT), participamos de reunião com o então presidente da Assembleia, deputado José Sarto (PDT). Em pauta, a situação das unidades prisionais do Ceará, objeto de muitas denúncias de violações de direitos humanos ao longo dos últimos anos.

março

MARIELLE VIVE



DIA 14: Um ano depois do crime covarde, manifestações em Fortaleza celebraram a memória de Marielle. A luta por justiça e o enfrentamento da violência política de gênero, da qual a vereadora carioca (e nossa companheira de partido) foi vítima, marcariam muitas das iniciativas do nosso segundo mandato.

MEIO AMBIENTE



DIA 27: Proposta de alteração nas normas de licenciamento ambiental no Ceará abriram um grande debate entre governo e ambientalistas. Nosso mandato realizou audiência pública para discutir o tema e seguimos defendendo uma forte presença do estado no processo, como forma de evitar prejuízos ao meio ambiente por conta de ritos aligeirados.

CULTURA VIVA



DIA 28: A cultura seria um dos principais eixos de atuação nesse novo mandato na Assembleia Legislativa. Uma das primeiras iniciativas foi a mobilização em torno da Política Nacional Cultura Viva no Ceará, que foi tema de audiência pública requerida por nosso mandato. No Ceará, essa política cultural se tornou lei estadual em julho de 2018.

INTERNET



Dia 29: Em parceria com a Cripto Baião Fortaleza 2019 e com o Intervozes – Coletivo Brasil de Comunicação Social, realizamos o debate “Proteção de dados pessoais na internet”. O evento teve como palestrante o sociólogo Sérgio Amadeu, professor da Universidade Federal do ABC (UFABC-SP) e membro do Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.Br); e contou com a presença da jornalista Marina Pita, coordenadora do Intervozes; e Uirá Porã, diretor do Instituto Brasileiro de Políticas Digitais – Mutirão.

abril

CIÊNCIA



DIA 5: A ciência brasileira foi duramente perseguida ao longo do (des)governo Bolsonaro, que cortou verbas e desmontou políticas e instituições. Já em abril de 2019, nós denunciávamos essa ofensiva fascista contra a pesquisa e a tecnologia. À época, o Ministério da Ciência e Tecnologia perdia 42% de seu orçamento, o que inviabilizou uma série de projetos e programas.

SAFATLE



DIA 6: Nosso mandato trouxe a Fortaleza o filósofo Vladimir Safatle, que proferiu a conferência “Neoliberalismo e protofascismo: o caso brasileiro”. O teatro B. de Paiva, do Porto Dragão, na Praia de Iracema, ficou pequeno para as mais de 500 pessoas que foram assistir o professor da USP falar sobre como o Brasil tornou-se um laboratório mundial de opressão neoliberal.

EMPREGO



DIA 23: Os prejuízos causados pelo corte orçamentário do Sistema Nacional de Emprego/Instituto de Desenvolvimento do Trabalho (Sine/IDT) e a defesa do fortalecimento da política de emprego no Ceará foram temas que marcaram nossa atuação parlamentar. No fim de abril de 2019, realizamos essa audiência pública junto à Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público.

PROFISSIONAIS DE SEGURANÇA



DIA 25: Nosso olhar sobre o tema da segurança pública sempre contemplou o debate sobre as condições de trabalho dos profissionais da área. Uma das nossas iniciativas sobre o assunto foi o Programa de Saúde e Atenção Psicossocial para Agentes de Segurança, tema de um projeto de indicação aprovado no plenário da AL.

maio

OFENSIVA DO AGRONEGÓCIO



DIA 15: Inimigo do meio ambiente e da saúde pública, o agronegócio investiu contra a Lei Zé Maria do Tomé, que havia sido sancionada no início do ano. De nossa autoria, a lei proíbe a pulverização aérea de agrotóxicos no Ceará e recebeu manifestação de apoio de várias entidades ligadas ao ambientalismo, à saúde pública e ao direito ambiental. O ataque veio na forma de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI 6.137) ajuizada pela Confederação Nacional da Agricultura (CNA) e que segue em apreciação pelo STF.

NAS RUAS, NAS LUTAS



DIA 15: Antes da pandemia, muitos atos de rua marcaram a resistência ao (des)governo Bolsonaro e seu projeto de destruição do estado brasileiro. No dia 15 de maio, o Brasil parou em defesa da educação pública e da pesquisa científica, tão atacadas pelo fascismo bolsonarista. Segundo dados da Confederação Nacional de Trabalhadores da Educação (CNTE), mais de um milhão de pessoas participaram de manifestações em pelo menos 200 municípios – incluindo Fortaleza.

POVOS INDÍGENAS



DIA 22: Os povos indígenas foram duramente atacados nos últimos anos pela agenda assassina de Bolsonaro. Isso ficou claro logo nos primeiros meses de seu governo. No dia 22 de maio, representantes de 15 etnias existentes em 19 municípios no Ceará participaram de uma audiência pública requerida por nosso mandato para denunciar ameaças e violações sistemáticas de direitos.

MINERAÇÃO



DIA 28: As comissões de Direitos Humanos e Cidadania (CDHC) e de Meio Ambiente e Desenvolvimento do Semiárido (CMADS) realizaram audiência pública na cidade de Quiterianópolis para debater os impactos sociais e ambientais da poluição do rio Poti causada pelos rejeitos da mineradora Globest.

junho

ENCHENTES



DIA 3: As enchentes em Fortaleza ainda são uma trágica realidade para inúmeras comunidades periféricas. No início de junho, os impactos socioambientais das enchentes no cotidiano das famílias residentes nos bairros São Cristovão e Conjunto Palmeiras; e a situação da barragem do rio Cocó foram debatidas em audiência pública realizada pela Comissão de Direitos Humanos e Cidadania em parceria com a Comissão de Defesa dos Direitos Humanos da Câmara Municipal de Fortaleza (CMFor).

FUNCIONALISMO



DIA 4: Sempre ao lado do funcionalismo estadual, levamos as bandeiras dos servidores e servidoras ao plenário da Assembleia e participamos de inúmeros atos de rua. Aqui, a manifestação em Fortaleza foi por reposição salarial, pela convocação de concursados e interiorização do Issec (Instituto de Saúde dos Servidores do Estado do Ceará).

HIV/AIDS



DIA 7: Em 2019, o Ceará registrava mais de 17 mil pessoas diagnosticadas com o HIV e os indicadores mostravam o aumento do contágio entre os mais jovens. Por isso, realizamos dois eventos que pautaram o debate sobre o tema: uma sessão solene que celebrou os 25 anos da Associação de Voluntários do Hospital São José e uma audiência pública, realizada a pedido do Fórum do Movimento Social de Luta contra AIDS.

PECÉM



DIA 26: A denúncia dos impactos socioambientais do Complexo do Pecém sempre mobilizou esforços do nosso mandato. No fim de junho, realizamos uma audiência pública para discutir os efeitos da instalação de uma nova termelétrica na área. Participaram do encontro ambientalistas, professores, técnicos e moradores das comunidades atingidas.

julho

MORADIA



DIA 2: Representantes do Escritório de Assessoria Jurídica Popular Frei Tito de Alencar e das comissões de Direitos Humanos da Câmara Municipal e da Assembleia Legislativa realizaram uma visita à comunidade Raízes da Praia, na Praia do Futuro. Há quase 15 anos, cerca de 80 famílias lutam pelo direito fundamental à moradia no local.

NOME SOCIAL



DIA 4: Assembleia Legislativa do Ceará aprovou o projeto de lei n. 160/2019, de nossa autoria e subscrito pelo deputado Elmano de Freitas (PT). A proposta assegura o direito ao nome social para travestis e pessoas trans em serviços públicos e privados no Ceará. O projeto teria origem à lei estadual 16.946/19.

LUTA ANTIMANICOMIAL



DIA 10: Com a aprovação pela Assembleia do PL 320/19, de nossa autoria, o dia 18 de maio passou a constar no calendário oficial do Ceará como o Dia Estadual da Luta Antimanicomial (lei nº 16.938/19). A data reproduz, em âmbito estadual, as comemorações e debates do Dia Nacional da Luta Antimanicomial, celebrado há mais de 30 anos.

ALERGIA ALIMENTAR



DIA 10: O plenário da Assembleia Legislativa aprovou o projeto de lei no. 289/19, que institui no calendário oficial do estado a Semana de Conscientização sobre a Alergia Alimentar (lei estadual 16.936/19). A proposta, de nossa autoria, foi feita em parceria com a Associação de Familiares e Amigos de Crianças com Alergias e Intolerâncias Alimentares (AFAC).

Foto: Antônio Rodrigues



“A leitura do mundo precede a leitura da palavra”
Paulo Freire

educação

Ninguém pode incidir sobre o mundo sem que se considere sua própria condição histórica. Nesse sentido, a política, como luta inserida de forma concreta na história, nos empurra para além da neutralidade. Ser neutro é não existir: não há neutralidade na vida, muito menos na política. A política é a disputa real e concreta das nossas expectativas sobre a realidade, a sociedade e o mundo.

A educação é, para nós, aquilo que nos projeta para o futuro. Nosso mandato, portanto, partilha de expectativas em relação à educação no Ceará, o que é da própria essência da política. Nossa atuação na Assembleia Legislativa tem sido uma atuação que busca falar e concretizar essas expectativas: uma educação libertadora, emancipatória e humanizada, forjada a partir de um modelo público e universal que possa democratizar o conhecimento e o saber para as atuais e para as próximas gerações.

Desde 2015, propomos iniciativas, apresentamos denúncias e fizemos reverberar vozes, questões e

ideias que têm relação com o tema da educação. Sempre buscando afirmar quatro movimentos que entendemos fundamentais para o fortalecimento da educação cearense: a formação e valorização dos professores(as), o financiamento crescente, a gestão democrática e o amadurecimento do projeto político pedagógico.

Também percorremos centenas de escolas e dezenas de universidades em todas as regiões do Estado. Essa talvez tenha sido a agenda mais recorrente ao longo da nossa atuação parlamentar: as conversas presenciais no chão da escola, na Capital e no Interior, sempre junto com as alunas e os alunos, com as professoras e os professores, com todos e todas as demais profissionais que constroem o dia-a-dia do nosso sistema educacional.

Mais do que um mero processo de escuta ou de apresentação de políticas públicas, essas visitas às escolas se revelaram oportunidades de uma verdadeira partilha de saberes, de uma comunhão de

agosto

JUSTIÇA



DIA 8: Projeto de nossa autoria aprovado na AL tornou imprescritível o prazo para indenização de presos políticos. A proposta alterou o texto da lei 13.202, que reconhece o direito de indenização às pessoas detidas por motivos políticos no período de 2 de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979.

SAÚDE MENTAL



DIA 14: Assembleia lançou a Frente Parlamentar em Defesa da Saúde Mental e Combate à Depressão e ao Suicídio, da qual fazemos parte. O tema já havia inspirado uma lei de nossa autoria que instituiu o Setembro Amarelo, mês de combate ao suicídio, no calendário oficial do estado (Lei 16.185/16).

ARMAS DE FOGO



DIA 22: Foi aprovado pela Assembleia o nosso projeto que controla compra de lotes de munições no Ceará. Segundo o projeto, que deu origem à lei estadual 16.974/19, as munições comercializadas no Estado, inclusive as adquiridas pelas empresas de segurança privada e outras categorias com porte, devem ser marcadas no culote do estojo para facilitar o rastreamento das mesmas. Além disso, os editais e contratos administrativos para a aquisição de munições devem limitar a duas mil munições por lote.

ARANTES



DIA 24: Numa manhã de sábado, no auditório da Associação dos Docentes da Universidade Federal do Ceará (ADUFC), recebemos em Fortaleza o filósofo e professor da USP Paulo Arantes para uma conferência sobre as “Emergências Atuais do Brasil”. Ao lado da historiadora e professora Adelaide Gonçalves, Arantes falou sobre a ressignificação das relações entre os ideais de esquerda e a defesa dos direitos humanos.

setembro

LEI DA ANISTIA



DIA 3: O Brasil paga um preço muito alto por nunca ter promovido justiça de reparação em relação aos crimes cometidos pela ditadura militar; e por nunca ter efetivado plenamente as noções de memória, verdade e justiça em relação ao arbítrio e ao autoritarismo que fizeram tantas e tão trágicas vítimas em todo o país. Para lembrar o aniversário dos 40 anos da Lei da Anistia, nosso mandato realizou uma sessão solene na Assembleia em parceria com o deputado Carlos Felipe (PCdoB).

GRITO DOS EXCLUÍDOS



DIA 7: O desmonte da educação pública no governo Bolsonaro, feito através de duros cortes orçamentários, e as perversas reformas da previdência e trabalhista foram alvos de protesto durante a realização do XXV Grito dos Excluídos. O ato acontece desde 1995, sempre na semana de comemoração do 7 de setembro, e tem como objetivo denunciar as injustiças sociais e os mecanismos de exclusão da sociedade brasileira.

ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL



DIA 13: O tema da alimentação saudável foi objeto de algumas iniciativas do nosso mandato – construídas em parceria com entidades como o Conselho Regional de Nutrição. Entre elas, os projetos de lei 499/19 e 533/19, que tratam, respectivamente, da exclusão de alimentos ultraprocessados e açucarados do cardápio das merendas escolares e da oferta de assistência nutricional nas escolas cearenses. As matérias seguem em tramitação na Assembleia.

SEGURANÇA PÚBLICA



DIA 18: As mortes decorrentes de intervenções policiais cresceram 439% em seis anos no Ceará. Na noite do dia 13, o adolescente Juan Ferreira dos Santos, de 14 anos, foi morto com um tiro disparado por um policial quando participava de uma festa no bairro Vicente Pinzon. Em pronunciamento no plenário da Assembleia no dia 18, nós lamentamos a morte do jovem, nos solidarizamos com sua família e cobramos do governador Camilo Santana uma mudança na lógica de policiamento das comunidades.

outubro

MEIO AMBIENTE



DIA 1: O projeto de lei 535/19, de nossa autoria, construído a partir de um rico diálogo com a comunidade científica e com o movimento ambientalista, começou a tramitar na Assembleia Legislativa. Pela proposta, ficam vedadas a utilização e a comercialização no estado de produtos agrotóxicos formulados em base de neonicotinóides. Trata-se de um tipo de inseticida derivado da nicotina que tem um forte impacto sobre a biodiversidade e sobre a produção agrícola. Em particular, sobre a apicultura, na medida em que atinge letalmente as populações de abelhas. Matéria segue em tramitação.

DEFENSORIA PÚBLICA



DIA 3: Um dos diálogos mais profícuos que mantivemos ao longo dos últimos quatro anos foi o diálogo com a Defensoria Pública do Estado. Uma interlocução que se estendeu por vários temas e iniciativas. No início de outubro, nós recebemos a Comenda do Mérito da Defensoria Pública, concedida a entidades e personalidades que tiveram atuação relevante para o fortalecimento da Instituição.

VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER



DIA 14: Em visita às cidades de Iguatu e Icó, na região Centro-Sul do Estado, acompanhamos uma visita técnica realizada pela Procuradoria Especial da Mulher em parceria com a Comissão de Direitos Humanos e Cidadania. A visita fez parte de uma caravana organizada pelos órgãos para verificar a estrutura da rede institucional de proteção à mulher nas diversas regiões do Estado.

AGENDA AMBIENTAL



DIA 17: Em audiência pública promovida pela Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Deputados, em Brasília, destacamos a urgência de cinco temas para a construção de uma agenda nacional de proteção ambiental: fortalecimento dos mecanismos de licenciamento ambiental, a defesa das unidades de conservação, a luta contra as mudanças climáticas, o combate à injustiça hídrica e a luta contra os agrotóxicos.

novembro

JUVENTUDE



DIA 8: A sétima edição da Marcha da Periferia pediu o fim do extermínio da juventude. O evento teve como tema “Vidas negras importam? Nossos mortos têm vez! Periferia resiste!”. A marcha é organizada anualmente e tem como objetivo denunciar o extermínio da juventude negra.

ESCOLAS AGRÍCOLAS



DIA 11: Na Assembleia Legislativa, alunos, educadores e voluntários das Escolas Família Agrícola (EFAs) se reuniram para debater as experiências de educação contextualizada ao campo e pedagogia da alternância – que busca a interação entre o estudante que vive no campo e a realidade que ele vivencia em seu cotidiano -, além das dificuldades e demandas das EFAs.

EDUCAÇÃO



DIA 25: Em evento realizado em Morada Nova pelo Sindicato dos Servidores Públicos Municipais da cidade, fizemos o alerta contra a desvinculação dos recursos para investimentos nas áreas de saúde e educação.

SERRA GRANDE



DIA 26: Em Ibiapina, uma audiência pública discutiu a situação do riacho Jaburu, que agoniza com desmatamento e especulação imobiliária. O debate aconteceu na Câmara Municipal de Ibiapina e atendeu a requerimento do nosso mandato.

dezembro

DIREITOS INDÍGENAS



DIA 5: Construído em parceria com o movimento indígena cearense, nosso projeto de lei 402/2019 foi aprovado. O projeto deu origem à lei 17.165/19, que reconhece a existência, a contribuição e os direitos dos povos indígenas no Estado do Ceará.

MOVIMENTO FEMININO PELA ANISTIA



DIA 9: O Prêmio Frei Tito de Alencar de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa foi entregue ao núcleo cearense do Movimento Feminino pela Anistia. O núcleo foi fundado em 1976 e foi o terceiro do País a ter um comitê de luta pela anistia dos perseguidos políticos pela ditadura militar.

REFORMA DA PREVIDÊNCIA



DIA 16: Durante audiência pública realizada na Assembleia Legislativa, servidores públicos protestaram contra o projeto de reforma da previdência estadual. A proposta foi colocada para tramitar em regime de urgência na ALECE sem o devido diálogo com o funcionalismo e reproduziu no Ceará os efeitos perversos da reforma federal feita por Bolsonaro e Guedes. A votação, realizada no dia 19, foi marcada por uma violenta repressão aos servidores. Nosso mandato ajuizou uma ação popular e impetrou um mandado de segurança questionando a legalidade da reforma.

ZÉ MARIA DO TOMÉ



DIA 16: O governador Camilo Santana sancionou o projeto de lei 463/19, de nossa autoria, que instituiu a Semana Zé Maria do Tomé no calendário oficial de eventos do Estado. Com a sanção, o projeto virou a lei 17.122/19. Justa homenagem a um grande lutador social do nosso estado e que perdeu a vida em função de sua luta contra os agrotóxicos.



*“Não basta que todos sejam
iguais perante a lei.
É preciso que a lei seja igual
perante todos”*
Salvador Allende

direitos humanos

O Brasil viveu uma dos períodos mais trágicos de sua história entre os anos de 2019 e 2022. A mentira, a truculência, a infâmia e o obscurantismo ganharam legitimidade como formas de expressão política catalisados pela figura deletéria de Bolsonaro. A pauta de retrocessos foi profunda e generalizada, incluindo uma profunda crise econômica e social, mas o ex-presidente dedicou particular atenção aos ataques à democracia e aos direitos humanos, estimulando violações através da expansão das fake news, das idéias armamentistas e do discurso de ódio.

O “bolsonarismo” assumiu o controle da administração federal priorizando o desmonte de políticas de proteção de populações historicamente excluídas e discriminadas. Isso alimentou o ciclo de repetidas violências contra pessoas LGBT, mulheres, indígenas, negras e negros. E também fez avançar uma mentalidade reacionária que se voltou contra o ideário e as garantias de direitos humanos, como se esses fossem obstáculos para resolução do amplo

espectro de crises observadas, sobretudo, no campo da segurança pública.

Foram quatro anos, portanto, de muitas dificuldades, mas também de muita resistência por parte dos defensores do estado democrático e dos direitos fundamentais. Nosso mandato esteve à frente da Comissão de Direitos Humanos e Cidadania (CDHC) da Assembleia Legislativa ao longo desse período e acompanhou de perto toda a mobilização dos militantes e organizações sociais em torno da agenda de defesa da dignidade humana.

Nossa atuação na presidência do colegiado procurou reafirmar o diálogo da CDHC com a sociedade cearense e também buscou consolidar seu protagonismo como espaço de promoção, defesa e afirmação das garantias fundamentais frente ao quadro de sistemáticas violações registradas no estado do Ceará – que, por sua vez, teve relação direta com as consequências dessa crise política, econômica e social vivida pelo país durante o (des)governo Bolsonaro.

2020

janeiro

VIAGENS AO INTERIOR



DIA 10: Todos os anos, nosso mandato percorre dezenas de municípios cearenses. Em 2020, por conta da pandemia, essas viagens não foram possíveis. Mas antes da chegada do coronavírus, visitamos algumas cidades. Entre elas, o município de Piquet Carneiro, onde apresentamos o trabalho do Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência (CCPHA); e o Crato, onde participamos do acampamento estadual do Rua - Juventude Anticapitalista, na Universidade Regional do Cariri (Urca).

DERROTA DO AGRONEGÓCIO



DIA 22: Desesperado para derrubar a Lei Zé Maria do Tomé (lei estadual 16.820/19), que proíbe a pulverização aérea de agrotóxicos no estado, o agronegócio cearense entrou com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) no Tribunal de Justiça do Estado do Ceará (TJCE). No dia 22, essa ação foi extinta por decisão do desembargador Francisco de Assis Filgueira Mendes.

PERIFERIA



DIA 25: Enquanto milhares de pessoas enfrentam grandes dificuldades durante a quadra chuvosa, a prefeitura de Fortaleza e o governo do Estado priorizam investimentos para as áreas nobres. No fim de janeiro, um grande ato na Beira Mar reunindo movimentos sociais e representantes das comunidades atingidas pelas enchentes denunciou essa inversão de prioridades e pediu mais recursos para obras de saneamento e drenagem na periferia.

JUVENTUDE



DIA 31: Participação no Acampamento Estadual do Rua - Juventude Anticapitalista, na Universidade Regional do Cariri (Urca). Jovens organizados são o motor das mudanças no presente e capazes de reinventar um outro futuro. Em tempos de avanço de ideias fascistas, é revigorante trocar idéias com as juventudes que ousam lutar por um mundo mais justo, igualitário e democrático.

fevereiro

PETROLEIROS



DIA 3: Ao lado dos petroleiros, manifestamos apoio àquela que foi a maior greve da categoria nos últimos 25 anos. Essa é uma luta que continua e que interessa a toda a sociedade brasileira: a defesa da Petrobras e a manutenção de seu caráter público e estatal, mas também a denúncia da venda das refinarias nacionais para o exterior, o que torna o Brasil refém do mercado estrangeiro.

SAÚDE MENTAL



DIA 5: Em audiência pública promovida pela Comissão de Seguridade Social e Saúde da Assembleia Legislativa, discutimos problemas das políticas de saúde mental do Ceará. A reunião contou com a presença da Frente Parlamentar em Defesa da Saúde da Mental, além de representantes do Ministério Público do Estado, da Comissão Intersectorial de Saúde Mental e do Fórum de Luta Antimanicomial.

INDÚSTRIA DO VENENO



DIA 19: Em fevereiro de 2020, o STF anunciou o início do julgamento de uma ação direta de inconstitucionalidade ajuizada pelo PSOL contra os benefícios fiscais para agrotóxicos. Enquanto as grandes indústrias se aproveitam desses benefícios – embora tenham capacidade de arcar com a carga tributária –, a sociedade sofre com os efeitos poluidores e paga os custos dos impactos negativos do uso dos agrotóxicos. A ação se encontra com o ministro Gilmar Mendes, que pediu vistas do processo.

MOTIM



DIA 18: Durante os 13 dias do motim policial, o Ceará registrou 312 homicídios, uma média de 26 por dia – antes do movimento, a média era de oito por dia. A paralisação deixou muitas cicatrizes, mas também lições fundamentais. Sobretudo, a urgência do debate sobre a necessidade de uma nova agenda para a área. O governo precisa rever a aposta reiterada e exclusiva no policiamento ostensivo, com a ampliação do efetivo a qualquer custo; e os processos truncados de negociação com a categoria.

março

LUTA DAS MULHERES



DIA 8: Em março, o Ceará passou a conviver com a tragédia da Covid, que acabaria por tirar a vida de milhares de cearenses e mudaria toda nossa rotina. Mas antes da chegada da doença, ainda houve oportunidade para alguns atos de rua, como as grandes manifestações do 8 de março, Dia Internacional de Luta das Mulheres.

SAÚDE PÚBLICA



DIA 13: O diálogo com escolas, universidades e o espaço acadêmico sempre foi uma constante no nosso mandato. No dia 13, no Centro de Formação Frei Humberto, em Fortaleza, participamos da solenidade de abertura do mestrado profissional em “Promoção e Vigilância em Saúde, Ambiente e Trabalho”, uma parceria da Fiocruz Brasília, Ceará e Pernambuco juntamente com movimentos populares.

MARIELLE



DIA 14: Em Fortaleza, o 14 de março, data do assassinato de Marielle Franco, foi lembrado com um amanhecer na Praça do Ferreira, onde houve um café da manhã e performances de movimentos sociais; e com um debate sobre os dois anos de luta por justiça para Marielle e Anderson, no Centro de Formação Frei Humberto.

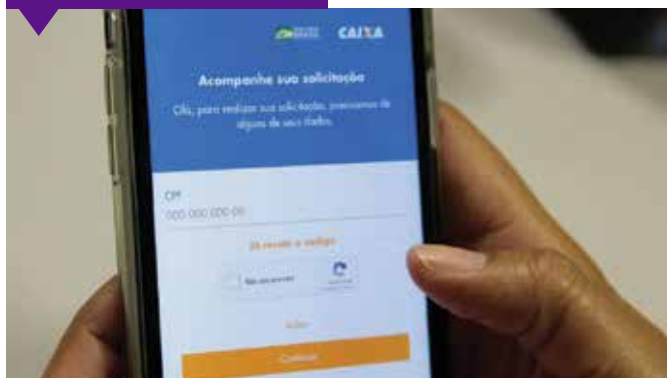
PANDEMIA



DIA 20: Depois da pandemia chegar ao Ceará, pela primeira vez na história, as sessões da ALECE passaram a acontecer de forma virtual. Já na primeira sessão, alertamos para a urgência de uma agenda de proteção social que contemplasse trabalhadores informais, trabalhadores da cultura, pessoas não cobertas pelo auxílio-doença do INSS, acolhidos institucionais etc, além da necessidade de garantir segurança alimentar para os estudantes de escolas públicas. Essas preocupações se refletiram em nosso PL 64/2020 (que daria origem à lei 17.212/20), que instituiu o Programa de Diretrizes de Atenção às Populações Mais Vulneráveis em Situações de Emergências Decorrentes de Epidemias no Estado.

abril

AUXÍLIO EMERGENCIAL



DIA 2: Em uma edição extra do Diário Oficial da União, foi publicada a lei que previa o pagamento de uma renda básica emergencial no valor mínimo R\$ 600 a trabalhadores informais, autônomos e sem renda fixa, durante a crise provocada pela pandemia do novo coronavírus. A renda básica emergencial foi aprovada pelo Congresso Nacional e foi uma vitória da oposição ao governo Bolsonaro, que queria limitar o auxílio a R\$ 200. No parlamento cearense, comemoramos essa vitória e denunciaremos o que seria o início da política genocida de Bolsonaro contra o povo brasileiro.

TRANSPARÊNCIA



DIA 8: A Assembleia Legislativa aprovou o decreto de reconhecimento de estado de calamidade pública em mais de 90 municípios cearenses em função da pandemia de Covid-19. Uma emenda de nossa autoria estabeleceu regras de transparência para o uso do dinheiro público durante o estado de calamidade.

PRODUÇÃO LEGISLATIVA



DIA 15: Os desafios naqueles primeiros dias de pandemia foram imensos. Seguimos apresentando projetos que ora contemplassem as populações mais vulneráveis, caso da proposta do uso de prédios públicos ou requisição de prédios privados abandonados para acolher a população em situação de rua; ora contemplassem a proteção dos profissionais de saúde que se colocaram na linha de frente do enfrentamento à Covid; e ora contemplassem outros públicos, caso dos artistas, povos tradicionais, profissionais informais, profissionais aprovados em concursos, alunos de escolas públicas etc.

MANDATO VIRTUAL



DIA 30: Mesmo seguindo o isolamento social decorrente da pandemia de Coronavírus, nossa equipe de assessores continuou se reunindo todos os dias para dar encaminhamento às denúncias que chegavam ao gabinete através das mídias sociais e dos canais de comunicação do mandato e formular projetos e emendas que atendessem às demandas da sociedade decorrentes da crise sanitária.

maio

ESCOLAS



DIA 7: A ALECE aprovou o PL que reduziu as mensalidades da rede privada de ensino, bem como proibiu a cobrança de juros e multas pela inadimplência durante o período de emergência decorrente da Covid-19. Fomos um dos signatários da proposta, que fez justiça a um grande número de estudantes e suas famílias, ao mesmo tempo em que permitiu mecanismos de salvaguarda das pequenas escolas com a gradação no valor das reduções de acordo com o faturamento de cada instituição. Não era possível concordar com a chantagem feita por alguns grandes empresários que ameaçavam de demissão os trabalhadores e as trabalhadoras da educação.

DESPEJOS



DIA 13: A moradia popular e a situação das ocupações urbanas foram temas centrais na pandemia, cujo enfrentamento tinha como lema o “Fique em casa”. Pensando na situação das populações mais vulneráveis e suscetíveis a medidas judiciais do gênero, a Comissão de Direitos Humanos e Cidadania (CDHC) da Assembleia Legislativa e o Conselho Estadual de Direitos Humanos (CEDDH) pediram ao Tribunal de Justiça do Ceará a suspensão de todos os despejos no estado até dezembro de 2020. Um pedido similar já havia sido feito ao TJ pelo Escritório de Direitos Humanos e Assessoria Jurídica Popular Frei Tito de Alencar.

RELIGIÃO



DIA 15: Nosso mandato lançou a campanha “O isolamento em defesa da saúde; a fé em defesa da vida”. Líderes religiosos de diversos credos deram seus testemunhos de fé e de amor ao próximo e reforçaram a necessidade de isolamento social como forma de prevenção do Covid-19. Sobre o tema, a Iyalorisa Valéria Logun Edé se manifestou através da “Carta aberta pela manutenção da vida dentro e fora do terreiro”.

PREÇOS ABUSIVOS



DIA 19: Entrou em vigor a lei 17.212/20, de nossa autoria, que proíbe que os comércios pratiquem preços abusivos em insumos relativos à proteção da população e determina que os estabelecimentos abertos ao público deverão fornecer meios de higienização para conter a propagação de doenças.

junho

RETOMADA DAS AULAS



DIA 11: Com o início das discussões sobre um eventual retorno das aulas no Estado, apresentamos um projeto de lei que definiu diretrizes para a retomada das atividades educacionais presenciais. Nossa proposta estabeleceu diretrizes que tinham como objetivo garantir condições sanitárias no ambiente educacional a fim de prevenir o contágio pelo novo coronavírus de estudantes e profissionais.

OS CRIMES DE BOLSONARO



DIA 15: Em queda de popularidade pelo tamanho que a tragédia sanitária começava a tomar no Brasil, Jair Bolsonaro incitou a invasão de hospitais em pelo menos três estados brasileiros. A postura do presidente virou objeto de uma notícia-crime apresentada ao Ministério Público Federal. O pedido para abertura de inquérito para apurar se o presidente cometeu crimes comuns durante transmissão ao vivo pelas redes sociais partiu de um grupo de médicos, advogados e parlamentares cearenses. Nós fomos um dos signatários.

MEMORIAL



DIA 25: Plenário da Assembleia aprovou o projeto de indicação de nossa autoria que cria o Memorial das Vítimas da Covid no Ceará. A proposta prevê que a Secretaria da Cultura (Secult) fique responsável pela implantação do espaço físico do memorial e pela gestão do equipamento. A ideia é registrar historicamente os óbitos e oferecer ao povo cearense e aos familiares e amigos de vítimas da COVID-19 um local de luto e de homenagem.

RAÍZES DA PRAIA



DIA 29: O Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE) confirmou decisão favorável à comunidade Raízes da Praia, na Praia do Futuro, obtida em 2019, após solicitação da Defensoria Pública do Estado (DPCE), e até então não executada pela Prefeitura de Fortaleza. Desde o início, nosso mandato vinha acompanhando a situação da comunidade, que constituiu uma das lutas populares mais importantes da cidade.

julho

IGUALDADE RACIAL



DIA 1: O Orçamento do Estado para o ano de 2021 passou a vir acompanhado de demonstrativo dos recursos destinados às políticas públicas de igualdade racial. A inclusão dessas informações foi resultado de uma emenda de nossa autoria ao Projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) daquele ano. Com isso, além de outros demonstrativos já previstos - a exemplo de políticas para infância e adolescência e políticas de gênero, a peça orçamentária permitiu acompanhar a execução das medidas de promoção da igualdade racial. Na foto, Marcha Zumbi dos Palmares (1995) realizada em Brasília, em alusão aos 300 anos da morte de Zumbi.

VIOLÊNCIA NAS ESCOLAS



DIA 16: Quando se trata de violência contra a criança e o adolescente, a grande estratégia é a prevenção. No momento em que a violência ocorre, todo o sistema de garantia de direitos já falhou. Pensando nisso, aprovamos na Assembleia um projeto de lei que ampliou o papel das Comissões de Proteção e Prevenção à Violência contra crianças e adolescentes nas escolas públicas e privadas do Ceará. A proposta deu origem à lei 17.253/20.

RETORNO PRESENCIAL



DIA 23: No primeiro pronunciamento feito após o retorno das atividades presenciais no plenário da Assembleia Legislativa, nós nos solidarizamos com as famílias que perderam seus entes para o coronavírus – número que, em 2022, chegaria à catastrófica marca de 700 mil pessoas por conta da omissão e do negacionismo criminosos de Bolsonaro e seus ministros. Também alertamos para o aprofundamento da desigualdade social durante a pandemia.

CATADORES CEARENSES



DIA 30: Assembleia Legislativa aprovou projeto de lei de autoria do Poder Executivo (PL 37/20) que institui o “Programa Estadual de Reforço à Renda Decorrente da Prestação de Serviços Ambientais no Estado”, durante o período de calamidade pública ocasionado pela Covid-19. Proposta foi aprovada com emenda de nossa autoria que garantiu assessoria técnica por parte do governo do Estado, como forma de auxiliar associações, cooperativas e catadores na realização dos procedimentos relacionados ao programa bem como de apoio ao fortalecimento institucional dessas organizações.

agosto

PESSOAS COM DEFICIÊNCIA



DIA 7: Assembleia Legislativa aprovou o projeto de lei 154/2020, de autoria do deputado Audic Mota (PSB), que assegura o direito à permanência de um acompanhante para criança, adolescente e adultos com graus moderado e severo de Transtorno do Espectro Autista (TEA), em internações hospitalares destinadas ao tratamento de Covid-19. Uma emenda de nossa autoria estendeu o direito a acompanhante para todos os pacientes com deficiência.

RENDA BÁSICA



DIA 19: A luta pela renda básica foi uma das principais bandeiras do nosso segundo mandato. Uma das ações relacionadas ao tema foi a realização, por meio da Comissão de Direitos Humanos e Cidadania, de uma audiência pública que discutiu políticas de renda básica no estado do Ceará. O debate foi realizado de forma virtual e contou com a presença do então vereador paulista pelo PT, Eduardo Suplicy; do então deputado federal pelo PSOL, Marcelo Freixo; e da vice-presidente da Rede Brasileira de Renda Básica, Tatiana Roque.

ARMAS



DIA 21: No mesmo dia em que o Monitor da Violência apontou um crescimento do número de homicídios no primeiro semestre de 2020, na comparação com o mesmo período de 2019, Jair Bolsonaro revogou uma norma da Polícia Federal que estabelecia o limite de até duas armas de fogo por indivíduo. Essa foi uma decisão trágica, que ajudou a colocar mais armas circulando entre a população e que, portanto, aumentou ainda mais o risco de violência e mortes para a sociedade. Em vários momentos, denunciemos essa farra armamentista no plenário da ALECE.

TRANSFOBIA



DIA 28: A Comissão de Direitos Humanos e Cidadania da Assembleia Legislativa promoveu reunião virtual com representantes do movimento LGBT e de autoridades do poder público para discutir o crescimento de assassinatos de pessoas trans no Ceará. Pelo menos 14 travestis ou transexuais haviam sido mortas no estado apenas nos primeiros meses de 2020. Somente entre os dias 11 de julho e 10 de agosto, foram seis mortes. O número já superara o registrado pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra) em todo o ano de 2019.

setembro

FAKE NEWS



DIA 3: De acordo com emendas de nossa autoria aprovadas no texto final da LDO 2021, o governo ficou proibido de financiar publicidade institucional em veículos de comunicação que disseminem fake news e que produzam - ou repliquem - conteúdos antidemocráticos ou que vão contra os direitos humanos. Também ficou proibido de celebrar convênios ou parcerias de mútua cooperação com indivíduos e instituições que tenham divulgado fake news relativas a pandemias, endemias e epidemias em curso no Ceará.

PROFESSORAS E PROFESSORES



DIA 10: Levamos mais uma vez à tribuna do plenário da Assembleia o tema da convocação dos concursados de 2018 para a Secretaria de Educação - certamente, a questão que mais pautou nossos pronunciamentos entre 2018 e 2022. Além dos inúmeros pedidos de informações e providências e das diversas reuniões com representantes da SEDUC, também realizamos incontáveis intervenções em plenário sobre o tema, até que o governo finalmente começasse a convocação em 2022.

ASSISTÊNCIA SOCIAL



DIA 20: O governo Bolsonaro foi uma tragédia em várias áreas da vida nacional, mas, em particular, na área da assistência social, onde as políticas foram desconstruídas e o orçamento, esvaziado. Em audiência pública realizada pela Frente Parlamentar em Defesa do Sistema Único de Assistência Social (Suas) da Assembleia Legislativa do Ceará, diversas entidades defenderam a recomposição do orçamento do Suas, indicando os desafios da assistência social no Brasil, especialmente no período de pandemia e pós-pandemia.

SAÚDE MENTAL



DIA 22: “Qual o papel dos representantes do Estado na prevenção ao suicídio?”. O questionamento foi o mote da audiência pública realizada de forma online pela Comissão de Direitos Humanos e Cidadania da Assembleia e que tratou da conscientização e prevenção ao suicídio, em alusão ao “Setembro Amarelo”, previsto pela lei 16.185/16, de nossa autoria.

outubro

VOLÊNCIA INSTITUCIONAL



DIA 15: Nosso mandato enviou carta aberta ao governador do Estado, Camilo Santana, tratando dos casos de homicídios e mortes por intervenção policial no Estado. Exemplo dessa triste estatística foi o caso Mizael Fernandes, 13 anos, morto em uma operação do Comando Tático Rural, no município cearense de Chorozinho, na madrugada do dia 1º de julho de 2020. O documento foi assinado e articulado por 40 instituições que trabalham na defesa dos direitos humanos e enfrentamento à violência.

UNIDADES PRISIONAIS



DIA 15: Familiares de pessoas privadas de liberdade se reuniram na região da Praia de Iracema, em Fortaleza, e foram protestar em frente à Secretaria de Administração Penitenciária do Ceará (SAP). O ato tinha como objetivo solicitar reunião com o secretário Mauro Albuquerque e denunciar relatos de tortura e violência nas unidades prisionais.

DOM ALOISIO



DIA 22: Começou a tramitar na Assembleia um projeto de lei de nossa autoria que dava o nome de Dom Aloisio Lorscheider ao novo equipamento cultural e esportivo do governo do Estado que seria construído no local do antigo Instituto Presídio Professor Olavo Oliveira I (IPPOO I), no bairro Itaperi. O projeto foi aprovado mas não virou lei. Entretanto, o Parque Dom Aloisio Lorscheider acabou sendo inaugurado pelo governo do Estado, em março de 2022.

ALTO DA PAZ



DIA 29: A situação de moradia das famílias do Alto da Paz, no bairro Vicente Pinzon, em Fortaleza, foi pauta de reunião nossa com a então secretária municipal do Desenvolvimento Habitacional de Fortaleza, Olinda dos Santos. Também participaram do encontro representantes da Associação de Moradores do Alto da Paz e do Escritório de Direitos Humanos e Assessoria Jurídica Popular Frei Tito de Alencar (EFTA). À época, 133 famílias lutavam por moradia e aguardavam a entrega do residencial construído pela Prefeitura.

novembro

ELEIÇÕES MUNICIPAIS



DIA 15: Mais uma eleição municipal atravessou nosso mandato e mais uma vez nos colocamos como candidato. Num ano tão difícil como foi o ano de 2020, com todas as restrições decorrentes da pandemia e o avanço do fascismo bolsonarista, nossa candidatura reafirmou um modo de fazer política pautado por idéias e paixão, pela firme compreensão da necessidade de uma vida melhor e mais justa para todas, todos e todes. Ao fim do processo, nosso partido, o PSOL, acabou por voltar à Câmara Municipal de Fortaleza com as lindas vitórias do companheiro Gabriel Aguiar e das companheiras da Nossa Cara. Também elegeu seu primeiro prefeito no Ceará, com a vitória de Edson Veriato, em Potengi! E assim tem sido nossa vida. Amamos Fortaleza, amamos o Ceará e nossa luta é para que nossa terra seja justa, humana, ecológica, solidária e inclusiva. O próximo dia é a próxima luta.

LICENCIAMENTOS AMBIENTAIS



DIA 26: STF julgou inconstitucional resolução do Governo do Ceará sobre licenciamentos e autorizações ambientais. Nosso mandato vinha denunciando a tentativa do governo do Estado de flexibilizar as regras de controle ambiental, dispensando licenciamento para propriedades de até 30 hectares que usam agrotóxicos. A medida era extremamente perigosa à saúde pública e ao meio ambiente. A partir de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) ajuizada pelo PSOL, o STF declarou inconstitucional esse dispositivo da Resolução 2/2019 do Conselho Estadual do Meio Ambiente do Ceará.

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (ECA)



DIA 27: Participamos da XI Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, realizada pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda). O evento celebrou os 30 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Entre outros temas, alertamos para a necessidade de políticas públicas integradas e de inclusão social como forma de garantia de direitos para nossas crianças e adolescentes.

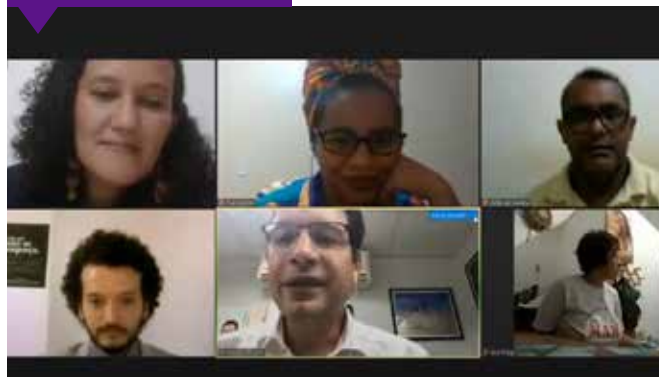
dezembro

MORADIA



DIA 3: Em reunião com o então prefeito Roberto Cláudio (PDT), tratamos da situação das 85 famílias da Ocupação Carlos Marighella, no bairro do Mondubim, em Fortaleza. Durante o encontro, o gestor comprometeu-se em desafetar um terreno público para abrigar as famílias, garantindo o direito daquelas pessoas à moradia. Foi uma importante vitória da luta popular. A reunião contou com a presença da Secretaria Municipal do Desenvolvimento Habitacional (Habitafor), da Defensoria Pública do Estado do Ceará, de movimentos pela moradia e de moradores da ocupação.

DIREITOS HUMANOS



DIA 8: O Escritório de Direitos Humanos e Assessoria Jurídica Popular Frei Tito de Alencar completou 20 anos de atuação em 2020 e celebrou o aniversário com o seminário “Conjuntura atual e a defesa de direitos humanos”. Ao longo dessas duas décadas de atuação, o escritório, que é ligado à Comissão de Direitos Humanos e Cidadania da Assembleia Legislativa, tem sido uma referência importante – reconhecida nacionalmente - em termos de assessoramento de comunidades e populações vulneráveis em todo o Ceará.

PRÊMIO FREI TITO



DIA 10: O Prêmio Frei Tito de Direitos Humanos, concedido pela Comissão de Direitos Humanos e Cidadania da Assembleia Legislativa, foi entregue “in memoriam” à irmã Inês Barros Lima (1946-2020), religiosa vicentina conhecida como “mãe dos pobres”. A cerimônia de entrega do prêmio foi realizada na Praça do Ferreira. Irmã Vilaneide Ferreira recebeu o prêmio em nome das Filhas da Caridade, congregação da qual Irmã Inês participava.

SISTEMA SOCIOEDUCATIVO



DIA 22: A questão da carreira dos agentes socioeducadores é uma bandeira antiga do nosso mandato. Nós lutamos desde a criação da Superintendência do Sistema Estadual de Atendimento Socioeducativo (Seas), em 2016, pela realização de concurso público. No dia 22, um grupo de agentes socioeducadores do Ceará fez uma manifestação em frente à Assembleia Legislativa. A categoria cobrava do governador Camilo Santana melhores condições de trabalho e a realização de concurso público para ingresso na carreira. Nós fomos um dos parlamentares a receber os manifestantes.

2021

janeiro

CAMOCIM



DIA 6: A transfobia e a violência de gênero fizeram mais uma vítima no Ceará. A jovem Keron Ravache, que faria 14 anos em 28 de janeiro - um dia antes do Dia Nacional da Visibilidade Trans -, foi brutalmente assassinada em Camocim, no litoral oeste. Nosso mandato acompanhou a apuração do caso e cobrou das autoridades de segurança e do Judiciário a observância da lei estadual 16.946/19, de nossa autoria, que assegura às pessoas transexuais e travestis o direito à identificação pelo nome social nos atos e procedimentos promovidos pelo poder público.

SABIAGUABA



DIA 11: A situação das dunas da Sabiaguaba voltou mais uma vez à berlinda do debate público. Um dos ecossistemas mais ricos do Ceará entrou novamente na pauta dos meios de comunicação pela remoção ilegal da areia, que vem causando a diminuição das dunas e sua possível destruição, colocando em risco o ecossistema local. Meses antes, nosso mandato também acompanhou a luta de ambientalistas e das comunidades da Sabiaguaba contra um projeto de loteamento que desmataria 500 mil m² da Área de Proteção Ambiental.

RECONDUÇÃO



DIA 27: Em reunião com o presidente da ALECE, deputado Evandro Leitão, representantes de fóruns e entidades de defesa dos direitos humanos manifestaram apoio à recondução do nosso nome à presidência da CDHC. 29 entidades estavam representadas no encontro. Entre elas, movimentos ligados à luta da saúde mental, pessoas com deficiência, movimento negro, movimento de infância, de defesa da educação, movimento LGBT, de mulheres, dos territórios da Zona Costeira, dos direitos de pessoas encarceradas, Sem Terra, Sem Teto, direito à comunicação, movimentos de defesa da população em situação de rua, trabalhadores e trabalhadoras da cultura, direitos dos jovens e dos idosos.

CARREATA E BICICLEATA



DIA 31: Uma grande carreata e uma grande bicicleteata percorreram ruas e avenidas de Fortaleza protestando contra o governo Bolsonaro. A pauta da manifestação era a defesa do SUS, a vacinação em massa contra a Covid (que já começara a ser sabotada por Bolsonaro) e a luta por renda mínima e pelo auxílio emergencial para socorrer as populações mais vulneráveis.

fevereiro

MORADIA



DIA 4: Em reunião com o prefeito de Fortaleza, Sarto Nogueira, acompanhamos representantes da Ocupação Carlos Marighella, que denunciaram violências e ameaças sofridas em ações da Agefis e pela Guarda Municipal no início de fevereiro. Também estiveram presentes a Defensoria Pública, o Escritório Frei Tito e colegas parlamentares municipais.

CONCURSADOS



DIA 18: Candidatos aprovados em concursos públicos no Ceará, dentro das vagas destinadas à formação de cadastro de reserva, passaram a poder ser nomeados durante o estado de calamidade pública decretado em decorrência da pandemia da Covid-19. É o que estabeleceu uma emenda de nossa autoria aprovada em sessão plenária na Assembleia Legislativa. O texto aprovado foi inserido no Projeto de Lei Complementar nº 04/21, de autoria do Governo do Estado, que trata da nomeação de aprovados em concursos públicos estaduais.

TEMPLOS RELIGIOSOS



DIA 24: Em meio ao recrudescimento da pandemia no Ceará, nosso mandato manifestou posição contrária ao projeto de lei 82/2020, de autoria do deputado David Duran (REP), que definia as igrejas e templos religiosos como “atividade essencial” no Estado durante os períodos de crise sanitária. Em 2020, mesmo com os templos fechados durante a primeira onda da pandemia no Ceará, o trabalho pastoral e de assistência promovido pelas comunidades religiosas seguiu sendo realizado e foi fundamental para a superação da crise naquele momento.

RESTAURANTE POPULAR



DIA 25: Na luta contra os terríveis impactos sociais da pandemia, nosso mandato abraçou a campanha Fortaleza Contra A Fome, de implantação do restaurante de R\$ 1. A campanha foi realizada pelo MTST Ceará e lutava pela implantação desse equipamento para combater a fome e insegurança alimentar em Fortaleza e na Região Metropolitana.

março

RECORDE INFAME



DIA 1: Nunca morreu tanta gente no Brasil quanto no mês de março de 2021. Segundo registros da Associação Nacional dos Registradores de Pessoas Naturais (Arpen), foram 139.406 mortes – 60 mil delas relacionadas à pandemia. Foi, até então, o maior número na série histórica de registro de óbitos dos cartórios, iniciada em 2003. Essa terrível estatística foi resultado da incompetência e da negligência criminosa de Bolsonaro e seu (des)governo em relação à vacinação. No Ceará, a pandemia completou um ano e o estado entrou novamente em lockdown em função do aumento vertiginoso de casos.

COTAS RACIAIS



DIA 4: Numa importante vitória dos movimentos sociais, a Assembleia aprovou projeto que determina que concursos públicos realizados no Ceará terão de garantir 20% das vagas para candidatas e candidatos negros. O documento aprovado contou com emenda modificativa apresentada por nosso mandato, que determina que autodeclarados negros e negras terão de passar por uma comissão de heteroidentificação previamente à realização das provas.

TIANGUÁ



DIA 9: Nosso mandato pediu providências ao procurador-geral de justiça do Ceará no sentido de apurar os crimes contra a saúde pública cometidos por Bolsonaro e autoridades do estado durante visita do ex-presidente a Tianguá, em fevereiro. Após o evento, a taxa de ocupação de UTIs na cidade chegou a 100%. Também assinamos uma representação enviada pela Rede Nacional de Advogados e Advogadas Populares à OAB, pedido que o órgão cobre dos Ministérios Públicos Federal e Estadual a apuração sobre o caso.

SEMINÁRIO



DIA 26: Mais uma edição do Seminário de Direitos Humanos e Cidadania: Diálogos com Movimentos Sociais, realizado pela Comissão de Direitos Humanos e Cidadania da Assembleia Legislativa. Ao todo, mais de 170 integrantes de movimentos sociais do Estado participaram do evento online, que buscou refletir e ouvir diferentes frentes sobre os cenários de Direitos Humanos.

abril

DIREITOS HUMANOS



DIA 12: A escalada da retórica contrária aos direitos humanos e das ameaças aos seus defensores vem ganhando fôlego no Brasil, patrocinada, sobretudo, pelo discurso autoritário e antidemocrático de Bolsonaro e seus apoiadores. Esse cenário foi pauta de uma live realizada por nosso mandato. O evento contou com a presença das deputadas estaduais Andreia de Jesus (PSOL-MG); Dani Monteiro (PSOL-RJ); e Carol Vergolino, do Coletivo Juntas (PSOL-PE); e da vereadora de Fortaleza Adriana Gerônimo, da Mandata Nossa Cara (PSOL-CE).

RENDA BÁSICA



DIA 15: Projeto de indicação de nossa autoria e que institui no Ceará um programa de renda básica para famílias em condições de vulnerabilidade social foi aprovado pela Assembleia. A proposta prevê o benefício mensal no valor de R\$ 350, a ser pago prioritariamente a famílias chefiadas por mulheres, com filhos até seis anos e beneficiárias do Programa Bolsa Família. No Ceará, segundo registros do CadÚnico, são 117.811 famílias com esse perfil. Apresentamos o projeto, aprovamos na ALE-CE, mas o governo não acolheu a proposta.

TRABALHO



DIA 26: No contexto de mobilização do Abril Verde, voltado à prevenção de acidentes de trabalho e de celebração da memória das vítimas de acidentes e doenças laborais, nosso mandato promoveu uma live para discutir o tema. Os convidados foram Mariana Flesch, procuradora do trabalho; Levi Lopes, técnico de segurança do trabalho; e Nestor Bezerra, sindicalista. O abril verde seria incluído no calendário oficial do estado por meio de um projeto nosso que seria aprovado na AL em maio de 2021.

TRANSPARÊNCIA



DIA 28: Passamos a receber sugestões para destinação das verbas referentes ao Programa de Cooperação Federativa (PCF). Ao todo, cada deputado pode indicar, pelos orçamentos anuais, uma média de R\$ 1 milhão em recursos destinados a projetos de impacto e relevância social nos municípios cearenses. O recebimento de sugestões reafirma nosso compromisso com a transparência, prezando pela participação e construção coletiva na formulação de propostas para pleitear a destinação de recursos, a exemplo das emendas parlamentares da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e da Lei Orçamentária Anual (LOA).

maio

MOBILIDADE



DIA 6: O Metrofor deverá incentivar e facilitar a integração entre diferentes meios de locomoção de passageiros, inclusive com o sistema ciclovitário. É o que prevê uma emenda apresentada por nosso mandato e aprovada junto ao texto de uma mensagem do Governo do Estado que tratava da concessão de subsídio tarifário no serviço público do transporte de passageiros explorados pelo Metrofor.

VIOLÊNCIA POLÍTICA DE GÊNERO



DIA 13: Numa importante vitória para a luta das mulheres e também num gesto de justiça à memória de Marielle Franco, a Assembleia aprovou o nosso Projeto de Lei (PL) 88/2021 que cria o “Dia Marielle Franco de Enfrentamento à Violência Política contra Mulheres”. O dia 14 de março, além de guardar toda a representatividade da data após o assassinato da vereadora carioca, agora integra o calendário oficial do Estado como uma data de combate à violência política. O projeto foi sancionado pelo governador Camilo Santana e deu origem à lei estadual 17.502/21.

CAPACITAÇÃO



DIA 14: Militares do Estado possuem, por lei, o direito a formação, atualização e capacitação continuada. A conquista se deu através de emenda apresentada por nosso mandato ao projeto do governo que dispunha sobre a atualização das regras relativas ao ingresso e à formação inicial da carreira de oficiais e praças nas corporações militares do Estado.

LUTA ANTIMANICOMIAL



DIA 19: Em alusão ao Dia Nacional da Luta Antimanicomial (18 de maio), a Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Ceará realizou o Seminário “Loucura não se prende: Direitos Humanos e Saúde Mental - Por um Ceará sem Manicômio Judiciário”. O encontro, realizado em parceria com o Comitê Estadual de Prevenção e Combate à Tortura do Estado (CEPCT/CE) e Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos do Ceará (CEDDH/CE), debateu o direito das pessoas com transtornos mentais em situação de privação de liberdade.

junho

REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA



DIA 2: Uma importante conquista para o enfrentamento à desigualdade de gênero no campo. A Assembleia Legislativa aprovou uma emenda de nossa autoria que prevê que o título da regularização fundiária rural no Ceará será concedido preferencialmente às mulheres. A emenda foi feita à mensagem do governo que formaliza a Política de Regularização Fundiária Rural no Estado.

OCUPAÇÃO FAZENDINHA



DIA 8: Visita à ocupação Fazendinha, no bairro Cambeba, em Fortaleza. Fomos prestar solidariedade e apoio às 237 famílias que moram no local e que foram ameaçadas de despejo por um grupo armado que se dizia representante de uma construtora.

VACINAÇÃO



DIA 15: Primeira dose da esperança! Em meados de junho, chegou nossa vez na fila da vacinação. O sentimento foi de muita gratidão ao SUS, a todos os trabalhadores e trabalhadoras das políticas sociais e ao povo brasileiro que, ao longo dos anos, resiste, luta e constrói coisas belas como o SUS e o SUAS. Mas também foi de indignação, por conta das milhares de vidas que poderiam ter sido poupadas se não fosse o desprezo, o deboche e a irresponsabilidade do governo genocida de Bolsonaro.

DESPEJOS NA PANDEMIA



DIA 23: Parlamentares, representantes de movimentos sociais, advogados e acadêmicos da área da Habitação e do Direito Urbanístico participaram de reunião com a presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará (TJ-CE), desembargadora Maria Nailde Pinheiro Nogueira. No encontro, articulado por nosso mandato, foi discutida a construção de um protocolo para a execução das ordens de reintegração de posse durante a pandemia da Covid-19.

julho

OCUPAÇÃO LGBTQIA+



DIA 1: Entre o fim do mês de junho e início do mês de julho, integrantes de movimentos LGBTQIA+ ocuparam o Centro de Referência Janaína Dutra, em Fortaleza, para pressionar o prefeito José Sarto a retomar o funcionamento do equipamento em sua integralidade e executar o orçamento previsto para 2021. Nosso mandato acompanhou a reunião em que mais de 20 organizações que compõem o Fórum Cearense LGBT apresentaram uma pauta de reivindicações do movimento ao prefeito e ao secretário de governo, Renato Lima.

VILA VICENTINA



DIA 10: Plenária de apoiadores da ZEIS da Vila Vicentina contou com participação de diversos grupos de luta, parlamentares e moradores de outras ZEIS, que se mobilizaram para prestar solidariedade à comunidade localizada no bairro Dionísio Torres e que há anos é alvo do assédio da especulação imobiliária. Seguimos na luta por moradia digna e por uma cidade justa.

GASTRONOMIA



DIA 13: Por iniciativa do nosso mandato, a Comissão de Cultura e Esportes da Assembleia Legislativa do Ceará reuniu representantes de secretarias estaduais, instituições públicas, universidades, movimentos sociais, comunidades tradicionais e ONGs para debater o projeto de lei que institui o Programa Estadual da Gastronomia e da Cultura Alimentar e cria o Programa Ceará Gastronomia.

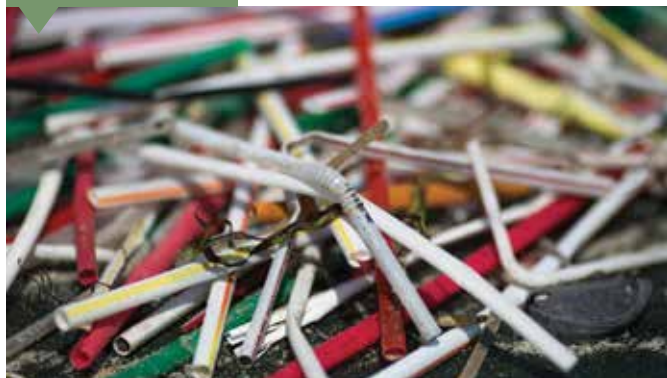
RETOMADA DAS AULAS NAS ESCOLAS



DIA 14: Lançado pelo Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos do Ceará (CEDDH), relatório mostrou a situação estrutural em 42 escolas da rede municipal de Fortaleza. Nosso mandato acompanhou as visitas ao longo do mês de maio. O documento final foi tema de uma live realizada pelo CEDDH. Diante da autorização para a volta do ensino presencial, a preocupação era saber se as escolas municipais cumpriam requisitos indispensáveis para garantir a segurança sanitária de estudantes e profissionais da educação.

agosto

MEIO AMBIENTE



DIA 12: Ainda em nosso primeiro mandato, em 2018, apresentamos um projeto de lei que proibia o uso de canudos de plásticos nos estabelecimentos comerciais do estado. Neste segundo mandato, apresentamos uma nova proposta com o mesmo teor, que acabou por ser anexada a um outro projeto de lei semelhante, de autoria do deputado Marcos Sobreira (PDT). De acordo com o texto, fica permitido apenas o uso de canudos biodegradáveis ou reutilizáveis em bares, restaurantes, hotéis e outros estabelecimentos do tipo.

SOLIDARIEDADE



DIA 13: Conseguimos a aprovação de uma Moção de Apoio da Assembleia Legislativa do Ceará ao Padre Lino Allegri, pároco da Paróquia da Paz, em Fortaleza, que sofreu agressões verbais e ameaças por ser defensor dos direitos humanos e após denunciar a irresponsabilidade do presidente Jair Bolsonaro na tragédia que, até então, vitimara quase 560 mil brasileiros pela Covid-19. A Moção de Apoio foi proposta do nosso mandato e visava prestar apoio público ao religioso.

JUVENTUDE



DIA 30: No Encontro Cada Vida Importa, nos reunimos com prefeitos/as, gestores/as, articuladores e mobilizadores do Selo Unicef de 115 municípios cearenses para compartilhar recomendações ao poder público e discutir ações para a prevenção de homicídios de adolescentes. O evento foi uma realização do Comitê de Prevenção À Violência, colegiado que presidimos na ALECE. Sempre destacamos que a tragédia geracional contra nossos jovens é resultado de um tipo de violência que é previsível e, portanto, prevenível.

CARIRI



DIA 31: A Comissão de Direitos Humanos e Cidadania da Assembleia Legislativa do Estado realizou audiência pública para debater os desdobramentos dos assassinatos de sete mulheres pelo chamado “Escritório do Crime”, na região do Cariri. Os crimes completaram 20 anos em 2021 e alguns casos permaneciam sem desfecho ou julgamento – o que só veio a acontecer em 2022.

setembro

TIA SIMOA



DIA 1: Assembleia Legislativa aprovou nosso projeto que cria o Dia da Preta Tia Simoa e da Mulher Negra (25 de julho) e prevê a realização da Semana Preta Tia Simoa de Combate à Discriminação Contra Mulheres Negras (Lei 17.688). Invisibilizada na história “oficial”, assim como várias outras personalidades negras ao longo da trajetória nacional, Tia Simoa teve papel central na luta por liberdade para os negros e negras no Ceará do século XIX.

SAÚDE MENTAL



DIA 10: A Assembleia Legislativa homenageou os profissionais de saúde mental do Estado. O evento faz parte da programação do Setembro Amarelo, campanha de prevenção do suicídio realizada no Ceará de acordo com a Lei 16.185/16, de nossa autoria. A campanha é sempre uma oportunidade de reforçar as políticas públicas voltadas para o tema da prevenção do suicídio e também da saúde mental de forma ampla.

ALTO DA PAZ



DIA 22: As mais de 60 famílias que moravam na ocupação Cidade de Deus/Alto das Dunas, no Vicente Pinzón, em Fortaleza, foram surpreendidas com a presença de policiais, oficiais e maquinário pesado em frente a suas casas para a realização de um despejo em decorrência de uma ação de reintegração de posse. Nosso mandato, junto à Comissão de Direitos Humanos e Cidadania da Assembleia Legislativa do Ceará, Escritório Frei Tito de Alencar e Comissão de Direitos Humanos da OAB - Ceará, esteve no local para prestar o devido atendimento jurídico às famílias.

CULTURA



DIA 24: Por meio de requerimento de nossa autoria, a Assembleia Legislativa criou a Frente Parlamentar em Defesa da Cultura. O colegiado foi presidido pelo deputado Guilherme Sampaio (PT) nos primeiros três meses. Em seguida, nós assumimos a presidência. Entre outras ações, a frente ajudou na reformulação do marco legal do setor, participando da construção e da aprovação da Lei Orgânica da Cultura do Estado do Ceará.

outubro

BRASIL NAS RUAS



DIA 2: No dia 2 de outubro, o Brasil foi às ruas dizer não à política de fome, morte, inflação e desemprego de Bolsonaro e Guedes. Nosso mandato acompanhou todas as manifestações populares contra o fascismo nos últimos quatro anos.

ÓRFÃOS DA COVID



DIA 5: Comissão de Direitos Humanos e Cidadania realizou audiência pública para discutir a situação de crianças e adolescentes que ficaram órfãs em decorrência da COVID-19. A autoria do requerimento foi do nosso mandato, mas o evento foi construído em parceria com a mandata municipal coletiva Nossa Cara (PSOL) e com entidades voltadas à defesa de direitos de crianças e dos adolescentes.

BICICLETAS



DIA 13: Começou a tramitar na Assembleia Legislativa, o Projeto de Lei 505/21, de nossa autoria, que assegura o direito ao transporte de bicicletas por parte dos usuários nas estações e nos vagões de metrô e do Veículo Leve sobre Trilhos (VLT) no Ceará. O projeto seria aprovado no ano seguinte e daria origem à lei 18.245/22.

ANIMAIS



DIA 25: No fim de outubro, foi publicada a lei 17.729/21, de autoria do governo do Estado, que instituiu a Política Estadual de Proteção Animal. O texto conta com cinco emendas de nossa autoria. Entre elas, adoção de medidas sobre o controle populacional da fauna silvestre exótica; e incentivo à criação de Centro de Triagem e Reabilitação de Animais Silvestres (CETRAS) e Centros de Acolhimento e Reabilitação de Animais Domésticos em diversas regiões do Ceará.

novembro

CHACINA DO CURIÓ



DIA 9: Audiência pública sobre os seis anos da Chacina do Curió, dentro da semana Cada Vida Importa (lei 16.482, de nossa autoria). De forma corajosa, inspiradora e emocionante, as mães das vítimas seguem sua luta não por vingança mas por justiça. Ainda hoje, o Estado do Ceará ainda não promoveu nem mesmo uma reparação simbólica a essas mulheres e aos demais familiares das vítimas, tampouco um pedido de desculpas por parte do governador.

AGROTÓXICOS



DIA 12: STF começa a julgar a ADI ajuizada pela Confederação Nacional da Agricultura contra a lei Zé Maria do Tomé (lei 16.820), de nossa autoria e que proíbe pulverização aérea de agrotóxicos no Ceará. A ministra Carmen Lúcia, relatora da ação, e o ministro Edson Fachin votaram pela constitucionalidade da lei. Ministro Gilmar Mendes pediu vistas da matéria.

DESPEJO ZERO



DIA 19: Mais de 1.500 famílias em vulnerabilidade social foram ameaçadas de despejo no Ceará de março de 2020 até maio de 2021, segundo levantamento do Escritório Frei Tito de Alencar. No dia 19, nosso mandato realiza uma audiência pública para discutir violações do direito à moradia digna. O evento fez parte da agenda de trabalho da missão-denúncia que a Campanha Despejo Zero realizou no Ceará.

CARIRI



DIA 22: Missão do Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH) em parceria com a Comissão de Direitos Humanos e Cidadania da Assembleia Legislativa do Ceará (CDHC), vai ao Cariri apurar denúncias de violência contra mulheres e de adoção de medidas contrárias à reforma psiquiátrica antimanicomial no estado do Ceará. Em particular, o caso do abrigo Casa de Acolhimento Feminino Água Viva, no Crato, onde em agosto houve acusações de cárcere privado e maus tratos contra 34 mulheres.

dezembro

HIV/AIDS



DIA 1: A necessidade de assistência adequada, prevenção a partir da educação, investimentos, combate ao preconceito e integração das políticas públicas sobre HIV/Aids no Ceará foram destaque em audiência pública realizada pela Comissão de Direitos Humanos e Cidadania. O debate marcou o Dia Mundial de Luta contra a Aids – celebrado em 1º de dezembro de cada ano.

MINERAÇÃO



DIA 15: Um projeto de lei de nossa autoria limita as atividades de mineração de urânio no Ceará. A proposta (PL 655/2021) veda a exploração de rocha fosfática com urânio associado e de produtos derivados se a atividade trazer riscos aos recursos hídricos, à saúde humana, às comunidades tradicionais e ao meio ambiente. O projeto, que segue em tramitação na casa, é resultado das articulações dos movimentos populares contra a mineração de urânio em Santa Quitéria, que ameaça dezenas de comunidades no sertão cearense com a poluição causada pela radioatividade.

SAÚDE MENTAL



DIA 21: Assembleia aprovou nosso projeto de lei (PL 568/2021) que institui no calendário oficial do Estado a campanha “Outubro Lilás”, voltada à promoção e valorização da saúde mental de professores e profissionais da educação. O projeto teria origem à lei 17.909, sancionada em janeiro de 2022.

MEMÓRIA



DIA 22: Plenário da ALECE aprova projetos de lei de nossa autoria que prestam homenagem a dois importantes nomes das artes e da cultura cearense, os professores Gilmar de Carvalho e Izaíra Silvino. O primeiro projeto (PL 397/2021), apresentado em coautoria com o deputado estadual Guilherme Sampaio, denomina de Professor Gilmar de Carvalho o Museu de Arte Popular dos Mestres e Mestras da Cultura do Ceará. Já a segunda proposição (PL 425/2021) passa a chamar o foyer do Theatro José de Alencar (TJA) de Sala Izaíra Silvino.

2022

janeiro

GOLPISMO BOLSONARISTA



DIA 1: Mesmo com o repique dos casos de Covid, a incompetência genocida de Bolsonaro fez com que o Plano Nacional de Imunização ficasse sem direção por meses. Começamos o ano de 2022 denunciando esse abandono da saúde brasileira e também alertando para as conspirações golpistas dos bolsonaristas. Em janeiro, havia se completado um ano do ataque ao Capitólio nos Estados Unidos; e a revelação das movimentações de Eduardo Bolsonaro junto aos trumpistas deixou em alerta todos os democratas brasileiros – pela possibilidade, confirmada no início de 2023, de tentativa de ataque terrorista às sedes dos poderes em Brasília.

PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA



DIA 5: Participação na IX Assembleia Geral do Instituto Josefino, em Fortaleza. A convite da irmã Eliane Maia e da irmã Mariana Bernardete Gonçalves de Paula, Superiora Geral do Instituto Josefino, conversamos sobre o panorama dos homicídios de crianças e jovens no Ceará e o trabalho do Comitê de Prevenção à Violência da Assembleia Legislativa. Participaram do encontro cerca de 50 religiosas do Instituto Josefino de diversas regiões do Brasil e também - de modo on line - da França e do Haiti.

POLÍCIA MILITAR



DIA 6: Reunião na Assembleia Legislativa com uma comissão de candidatos e candidatas do concurso da Polícia Militar do Ceará. Os concursandos questionavam a interpretação dada pela Fundação Getúlio Vargas à lei estadual de cotas, que prevê 20% das vagas para negras e negros. A mobilização fez com que o governo do Estado decidisse pela convocação de mais candidatos cotistas. Uma decisão importante que preservou os comandos da lei de cotas, instrumento fundamental na luta contra o racismo e a desigualdade social.

LAGOA DO CAUIPE



DIA 13: Ao lado de entidades ambientalistas, representantes dos povos indígenas e parlamentares estaduais e municipais, nosso mandato denunciou crime ambiental na Área de Proteção Ambiental (APA) do Lagamar do Cauípe. A Prefeitura de Caucaia, por meio da Secretaria Municipal de Infraestrutura e com aval do Instituto de Meio Ambiente de Caucaia (IMAC), está realizando serviços de desassoreamento e drenagem do entorno da Lagoa do Cauípe. Mas as obras constituíram uma série de agressões e crimes ambientais contra o ecossistema local. Em abril, a justiça determinaria a suspensão das obras.

fevereiro

ENTREVISTA



DIA 1: Em entrevista à jornalista Heloisa Villela, correspondente da CNN nos Estados Unidos, apresentamos a lei Zé Maria do Tomé, que proíbe a pulverização aérea de agrotóxicos no Ceará, e alertamos para as mobilizações da indústria do veneno e do agronegócio de proibir a adoção do mesmo instrumento legal em outros estados brasileiros. A entrevista completa está no canal do Eduardo Moreira, no YouTube.

FUNDEF



DIA 10: Após muita luta dos professores e muita articulação política, conseguimos aprovar na ALECE a destinação de 60% dos recursos dos precatórios do antigo FUNDEF aos profissionais do magistério do Ceará.

POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA



DIA 21: Apresentação do Censo e Pesquisa do Perfil da População em Situação de Rua de Fortaleza na Câmara Municipal. Documento produzido pela Secretaria Municipal dos Direitos Humanos e Desenvolvimento Social (SDHDS) apontou aumento de 54,4% nesse contingente populacional ao longo dos últimos sete anos. Em 2014, havia 1.718 pessoas em situação de rua em Fortaleza; em 2021, eram 2.653 pessoas nesta condição. O aumento da desigualdade em função da crise econômica e a ausência de políticas públicas agravaram essa situação.

INTOLERÂNCIA RELIGIOSA



DIA 23: O plenário da Assembleia aprova o projeto de indicação 96/20, de nossa autoria, que cria a Delegacia Especializada de Combate à Intolerância Religiosa. O objetivo é combater os crimes contra pessoas, entidades ou patrimônios públicos ou privados cuja motivação seja o preconceito ou a intolerância religiosa. A matéria voltou à Assembleia na forma de projeto de lei de autoria do governo e a Delegacia de Repressão aos Crimes por Discriminação Racial, Religiosa ou Orientação Sexual (Decrim) seria aprovada em definitivo em dezembro.

março

QUILOMBOLA



DIA 1: Visita à primeira comunidade remanescente de quilombo reconhecida e certificada pela Fundação Cultural Palmares, Conceição dos Caetanos, em Tururu. A comunidade respira resistência e reafirma sua identidade através das narrativas e da memória dos mais antigos, como Dona Bibiu, a matriarca, e Caetano José da Costa, fundador da comunidade.

ATO PELA TERRA



DIA 9: Em Brasília, participamos do Ato Pela Terra contra o Pacote da Destruição. O evento foi convocado por artistas, lideranças sindicais e organizações da sociedade civil para denunciar projetos que legalizam crimes ambientais, aumentam o desmatamento na Amazônia e liberam o garimpo em terras indígenas.

SERTÃO DO CRATEÚS



DIA 13: Com o avanço da vacinação e o abrandamento da pandemia, pudemos retomar a rotina de viagens ao Interior. Foi o caso dessa jornada através do Sertão de Crateús, onde visitamos os municípios de Santa Quitéria, Tamboril, Independência, Quiterianópolis, Crateús e Ipaporanga. Em pauta, a luta contra projetos de mineração e os efeitos de empreendimentos como o Lago de Fronteira.

SÍNDROME DE DOWN



DIA 30: Audiência pública discute efetivação dos direitos das pessoas com Síndrome de Down e o acesso aos serviços de saúde, educação e ao mercado de trabalho.

abril

AUTISMO



DIA 5: Audiência pública sobre defesa dos direitos dos autistas no Ceará. Movimentos, associações e famílias cobram ações para transformar as leis em prática cotidiana e em políticas públicas efetivas para as pessoas do espectro autista. A audiência foi promovida pela Comissão de Direitos Humanos e Cidadania.

QUIXADÁ



DIA 8: Encontro dos gestores/as da Assistência Social com representações de todos os municípios cearenses. Sou servidor federal do Sistema Único da Assistência Social (SUAS) licenciado para exercício do mandato de deputado estadual e defender o SUAS faz parte da minha prática cotidiana. Na ALECE, sou vice-presidente da Frente Parlamentar em Defesa do SUAS.

MORADIA



DIA 13: I Fórum de Regularização Fundiária Urbana e Rural, promovido pela Corregedoria-Geral da Justiça do Ceará, na sede da OAB. Precisamos de uma política de habitação que enfrente os problemas e dê um basta nas violações de direitos à moradia, assim como é de fundamental importância a retomada dos investimentos em políticas de habitação de interesse social por parte do Governo Federal.

ENEL



DIA 28: O povo cearense poderá decidir em plebiscito se quer reestatizar o serviço de fornecimento de energia elétrica no estado. É o que propõe um projeto de decreto legislativo de nossa autoria que tramita na Assembleia. Em abril, a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) anunciou reajuste nas tarifas da Enel Ceará em percentual médio que chegou a 24,85% - e revoltou a população cearense, tanto pela alta nos valores quanto pela péssima qualidade dos serviços prestados.

maio

AUTISMO



DIA 13: Reunião na Casa da Esperança para conversar e ouvir as demandas das mães de crianças autistas. As mães denunciavam a falta dos medicamentos de uso contínuo nas unidades de saúde e também problemas no atendimento educacional de pessoas autistas em Fortaleza.

CRATEÚS



DIA 23: Audiência pública sobre os impactos socioambientais do lixão a céu aberto em Crateús. Os relatos dos moradores eram de constantes incêndios, aumento de doenças respiratórias e contaminação da água do Rio Poty e dos lençóis freáticos.

RÁDIO UNIVERSITÁRIA



DIA 25: Ato público em defesa da Rádio Universitária Livre, na Universidade Federal do Ceará, em solidariedade ao professor Nonato Lima, que foi exonerado por não se sujeitar à censura imposta por aqueles que defendem o autoritarismo e o negacionismo na universidade.

BARBALHA



DIA 29: Durante visita ao Cariri para cumprir agenda no Crato, participamos da Festa do Pau da Bandeira de Santo Antônio de Barbalha. Uma profusão de cor, música e religiosidade num festejo que é um dos mais importantes patrimônios culturais do Ceará.

junho

CANINDÉ



DIA 9: Nosso mandato acompanhou toda a rodada de audiências públicas sobre o projeto de mineração de urânio e fosfato na mina de Itataia. Os encontros aconteceram nos municípios de Santa Quitéria, Itatira e Canindé. Seguimos na luta ao lado da Articulação Antinuclear do Ceará, do Movimento Pela Soberania Popular na Mineração (MAM), das comunidades locais e dos povos tradicionais em busca da proibição do empreendimento.

EDNARDO



DIA 13: Sessão solene de entrega da medalha Humberto Teixeira ao cantor e compositor Ednardo, que comemorava meio século de carreira. Justa homenagem a um artista que, como poucos, cantou nossas paisagens e nossa cultura e fez o Ceará falar para o mundo.

ARACATI



DIA 20: O agravamento de conflitos fundários no Litoral Leste e Vale do Jaguaribe nos leva até Aracati, onde participamos de reunião técnica com representantes de 11 comunidades localizadas nos municípios de Fortim, Aracati, Jaguaruana, Palhano e Itaíçara.

REGISTRO CIVIL



DIA 30: No mês do orgulho LGBTQIA+, a Defensoria Pública do Ceará realiza o I Mutirão de Retificação de Nome e Gênero de Pessoas Trans, em uma parceria com a Corregedoria do Tribunal de Justiça do Ceará. Foram mais de 300 pessoas trans atendidas nas cidades de Fortaleza, Sobral e Juazeiro do Norte.

julho

COZINHAS SOLIDÁRIAS



DIA 8: Visita ao Conjunto Maria Tomásia, no Grande Jangurussu, onde conhecemos o projeto da Cozinha Solidária autogerida pelo Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Sem Teto do Ceará (MTST- CE) e colhemos denúncias de violência estatal contra os moradores e os gestores do projeto.

LICENÇA PATERNIDADE



DIA 13: Assembleia aprova nosso Projeto de Indicação que amplia a licença-paternidade de servidores públicos civis e militares de 5 para 30 dias e regulamenta o prazo da licença adotante em 120 dias, independentemente da idade da criança adotada. Apresentamos o projeto, aprovamos na ALECE, mas o governo não acolheu a proposta.

EDUCAÇÃO CONTEXTUALIZADA



DIA 13: Assembleia aprova nosso projeto de lei que trata da educação contextualizada para a convivência com o semi-árido. Trata-se da promoção de práticas educacionais e pedagógicas emancipatórias que tenham como base a realidade social de professores (as) e estudantes. O projeto virou a lei 18.164/22.

CRIANÇAS E ADOLESCENTES



DIA 23: No Dia Nacional de Enfrentamento à Situação de Rua de Crianças e Adolescentes, estivemos reunidos com diversos militantes, movimentos sociais e representações políticas para participar da XVI Ação Nacional Criança Não é de Rua. Uma grande marcha pelo Centro de Fortaleza cobrou comida, moradia, emprego e democracia.

agosto

AGENTES DE SAÚDE



DIA 4: Reunião na ALECE com as e os agentes comunitários de saúde. Nosso mandato sempre prestou todo apoio às lutas dessa categoria, fundamental para a oferta de saúde pública em todos os cantos do Estado. Em particular, a luta pela implantação do piso salarial.

DEFESA DA DEMOCRACIA



DIA 11: Na luta é que a gente se encontra. E foi assim no Dia Nacional de Luta em Defesa da Democracia em Fortaleza. Um grande ato de rua para derrotar Bolsonaro e o bolsonarismo, eleger Lula presidente e bancadas de luta nos parlamentos.

LEI PAULO GUSTAVO



DIA 24: Audiência pública promovida pela Frente Parlamentar em Defesa da Cultura para discutir a aplicação dos recursos da lei Paulo Gustavo, que garantiu R\$ 170 milhões para o setor cultural do Ceará. Objetivo era fazer com que municípios, artistas, produtores e sociedade civil pudessem saber mais sobre a importância da lei e conhecer melhor suas demandas burocráticas.

IDOSOS



DIA 30: A situação das instituições de longa permanência de idosos (ILPIs) cearenses é discutida em audiência pública realizada pela Comissão de Direitos Humanos e Cidadania da ALECE. Das 60 ILPIs existentes no Ceará, que abrigam mais de 1700 idosos, apenas uma é pública. As instituições filantrópicas, sem apoio, apresentam irregularidades que são constantemente identificadas pelo Ministério Público do Estado do Ceará (MPCE).

setembro

CAMPANHA ELEITORAL

Setembro foi um mês que o Ceará e o Brasil ficaram em transe, muito absorvidos pela campanha eleitoral. Ao fim do processo, no início de outubro, teríamos mais de 83 mil motivos para comemorar e seguirmos na luta: conseguimos nossa reeleição para mais um mandato de deputado estadual na Assembleia Legislativa.

Nosso muito obrigado a todas, todos e todes que, de cada canto do estado, nos garantiram a vitória. Ficamos muito emocionados e felizes com o resultado. Ao todo, tivemos 83.048 votos, aumentando em quase 10 mil nossa votação em relação às eleições de 2018. E recebemos votos em 182 dos 184 municípios cearenses.

Parafraseando o poeta: faz escuro, mas nosso povo canta. E trabalha e celebra a vida, tecendo e semeando suas esperanças no chão duro de um lugar tão desigual. É a esse povo que devo uma imensa gratidão. Em nosso terceiro mandato na ALECE, queremos avançar ainda mais no fortalecimento e na continuidade das lutas sociais no Ceará; queremos continuar apresentando leis, projetos e denúncias que atravessam a existência de milhares de pessoas e que ajudam a fazer emergir novas consciências e outras novas lutas.

A partir do parlamento, mas também fora dele, esse bom combate seguirá. Em cada acampamento da reforma agrária, em cada ocupação urbana, em cada território indígena, costeiro ou quilombola, em cada escola e universidade, em cada roda de conversa nas periferias. O desejo potente de vida, justiça e liberdade dessas pessoas seguirá conosco.



outubro

PATRIMÔNIO



DIA 10: Frente Parlamentar em Defesa da Cultura da Assembleia Legislativa (Alece) promove um seminário para discutir o projeto de lei do Código do Patrimônio Cultural do Estado. O evento foi realizado em parceria com a Secretaria de Cultura do Estado (Secult) e com o Instituto Dragão do Mar (IDM). Proposta seria aprovada na semana seguinte com 12 emendas de nossa autoria (lei 18.232).

PROFESSORES E PROFESSORAS



DIA 14: Reunião com os aprovados no cadastro de reserva do concurso da SEDUC/2018. Nos primeiros dias de 2023, 800 profissionais seriam empossados pelo governo, depois de anos de uma incansável luta que nosso mandato acompanhou e ajudou a fortalecer. Mas ainda restam 612 candidatos aprovados que aguardam suas convocações.

VITÓRIA DA DEMOCRACIA



DIA 30: Nas eleições mais importantes das nossas vidas, a democracia venceu o fascismo: Luis Inácio Lula da Silva foi eleito presidente e o Brasil voltou a respirar aliviado por ter tirado do poder um (des)governo genocida, destruidor do meio ambiente, assassino dos povos tradicionais e que esfacelou a economia, os direitos e as políticas sociais. Além dos trabalhos parlamentares, o mês de outubro foi também de muita luta e de muita rua. Foi uma vitória que valeu um país. Um dia histórico que marcou o início da reconstrução do Brasil.

novembro

CADA VIDA IMPORTA



DIA 7: Começa a quinta edição da Semana Cada Vida Importa no Ceará! Resultado da lei 16.482/17, de nossa autoria, a semana é formalmente chamada de Semana Estadual de Prevenção aos Homicídios de Jovens no Ceará e organizada pelo Comitê de Prevenção e Combate à Violência, da Assembleia Legislativa. A lei prevê que o poder público, em parceria com movimentos sociais e coletivos artísticos, organize debates, audiências públicas, intervenções artísticas e outras atividades em defesa da vida de adolescentes e jovens do Ceará.

ANISTIA INTERNACIONAL



DIA 7: O enfrentamento à tortura e à violência policial é tema de reunião realizada na Procuradoria Geral de Justiça (PGJ) e a participação de representantes da Anistia Internacional Brasil, além de representantes de entidades de defesa dos direitos humanos e de mães de vítimas de crimes praticados por policiais.

XÔ DRAGÃO NUCLEAR



DIA 16: Relatório produzido pelo Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH) e pela Plataforma Dhesca Brasil denuncia violações de direitos humanos no projeto Santa Quitéria, de exploração de urânio e fosfato na mina de Itaiaia, no sertão cearense. O documento é resultado de uma missão realizada por consultores e técnicos do conselho e da plataforma à cidade de Santa Quitéria entre os dias 31 de agosto e 02 de setembro de 2022.

VOTO ABERTO



DIA 23: Num importante avanço democrático para o parlamento Ceará, o plenário da ALECE aprova a Proposta de Emenda à Constituição do Estado, de nossa autoria, que garante a transparência das votações do Poder Legislativo. O texto colocou a carta magna estadual em simetria com a Constituição Federal, tornando aberta a votação em casos como o da eleição da mesa diretora da Assembleia Legislativa, prisão em flagrante de deputado estadual, deliberação sobre decretos de intervenção estadual nos municípios e apreciação de vetos do poder executivo.

dezembro

VITÓRIA DA CIVILIDADE



DIA 1: Plenário da Assembleia aprova o projeto de lei 96/22, de autoria do Poder Executivo, que cria a Delegacia de Repressão aos Crimes de Discriminação Racial, Religiosa ou de Orientação Sexual (Decrin) (Lei 18.250/22). No início do ano, a Assembleia já havia aprovado um projeto de indicação de nossa autoria (PI 96/20) sobre o tema. Como era indicação, o texto apenas propunha a idéia ao Poder Executivo, que reenviou a matéria ao legislativo na forma de projeto de lei.

MÚSICA



DIA 7: Na luta por valorização da música cearense e dos artistas da terra, aprovamos o nosso projeto de lei (PL 283/22) que define diretrizes para promoção, fortalecimento, difusão e desenvolvimento da música cearense. O texto passará a reger as práticas de valorização do músico do Ceará desde a formação, difusão e diversidade.

DIREITOS HUMANOS



DIA 8: Realização do III Seminário Conjuntura e Direitos Humanos no Brasil. Programação contou com debates, lançamento de relatórios e oficinas temáticas em Direito à Cidade, Transição Energética e Justiça Climática. Evento é uma realização da Comissão de Direitos Humanos e Cidadania da Assembleia, em parceria com o Escritório Frei Tito.

PRÊMIO FREI TITO



DIA 12: A entrega do Prêmio Frei Tito de Alencar de Direitos Humanos lota o plenário da Assembleia Legislativa para homenagear a luta de Padre Júlio Lancelotti em defesa da população em situação de rua e o trabalho do Instituto Terramar na promoção da cidadania dos povos costeiros do Ceará.



Reunião com professores em Carriáçu (junho/2022)

viagens

DIALOGAR E FORTALECER AS LUTAS EM TODO O CEARÁ

Nosso mandato busca sempre fortalecer e dialogar com as lutas sociais em todas as cidades do Estado. Foi assim que, desde 2015, quando tomamos posse em nossa primeira legislatura na ALECE, cumprimos uma intensa e permanente agenda de viagens em vários municípios. Em nosso segundo mandato como deputado estadual, procuramos manter essa diversidade geográfica da nossa atuação parlamentar, contemplando demandas das diferentes regiões do Ceará.

Em 2019, cumprimos agendas em mais de 30 municípios. Em 2020, no entanto, por conta das restrições impostas pela pandemia, tivemos de interromper nossa rotina de viagens, trocando os encontros presenciais por reuniões, debates e audiências virtuais. Com o avanço da vacinação a partir de 2021, foi possível retomar parcialmente nossas jornadas Ceará adentro. Em 2022, essa rotina se fortaleceu novamente e tivemos a oportunidade de estar em dezenas de municípios cearenses.



Acima, audiência pública sobre escolas indígenas em Itarema (junho/2022); abaixo, reunião com moradores de Lagoa do Barro, em Ipaporanga (março/2022)

Cidades onde o nosso mandato esteve presencialmente ao longo de 2022:

- Amontada;
- Aracati;
- Barbalha;
- Camocim;
- Canindé;
- Caririaçu;
- Caucaia;
- Crateús;
- Crato;
- Fortim;
- Guaiuba;
- Icapuí;
- Independência;
- Ipaporanga;
- Itapipoca;
- Itarema;
- Juazeiro do Norte;
- Maracanaú;
- Maranguape;
- Quiterianópolis;
- Quixadá;
- Santa Quitéria;
- Sobral;
- Tamboril;
- Tururu.

projetos aprovados

Em nosso primeiro mandato de deputado estadual (2015-2018), aprovamos 11 leis. Neste segundo mandato, ampliamos bastante o número de projetos aprovados. Entre 2019 e 2022, foram 29 leis que levaram nossa assinatura na Assembleia Legislativa, além de uma emenda à constituição estadual que garante a transparência nas votações no parlamento cearense e de cerca de duas dezenas de projetos de indicação (sugestões que o Legislativo faz ao Poder Executivo). São conquistas importantes das lutas populares, das mais diversas áreas, porque traduzem em nossa legislação as aspirações, os direitos e as conquistas de todos e todas que seguem na defesa da justiça social e ambiental.

Emenda à Constituição do Estado

Emenda 118/22: Garante transparência das votações no Poder Legislativo.

Leis

1. Lei 16.911/19: Dispõe sobre a autorização de assinatura eletrônica em projetos de iniciativa popular.

2. Lei 16.916/19: Institui o dia 23 de março como o dia estadual da literatura infantil.

3. Lei 16.936/19: Institui no calendário oficial do estado do Ceará a Semana de Conscientização sobre a Alergia Alimentar.

4. Lei 16.938/19: Institui a data de 18 de maio como Dia Estadual da Luta Antimanicomial.

5. Lei 16.946/19: Assegura o direito ao nome social nos serviços públicos e privados no estado do Ceará.

6. Lei 16.966/19: Concede o título de cidadão cearense ao padre Marco Passerini.

7. Lei 16.974/19: Institui a política estadual de controle de armas de fogo.

8. Lei 17.122/19: Institui, no calendário oficial do estado do Ceará, a semana Zé Maria do Tomé.

9. Lei 17.165/20: Reconhece a existência, contribuição e os direitos dos povos indígenas no estado do Ceará.

10. Lei 17.208/20: Dispõe sobre a redução das mensalidades da rede privada de ensino, bem como a proibição da cobrança de juros e multas pela ina-

diminuição das mensalidades durante o plano de contingência do novo coronavírus. (Em coautoria com vários deputados)

11. Lei 17.212/20: Institui programa de diretrizes de atenção às populações mais vulneráveis em situações de emergências decorrentes de epidemias.

12. Lei 17.253/20: Amplia as competências das Comissão de Proteção e Prevenção à Violência contra a Criança e o Adolescente.

13. Lei 17.309/20: Dispõe sobre a instituição do selo “Empresa Amiga da Saúde Mental”.

14. Lei 17.310/20: Determina que os veículos de órgão público do Estado do Ceará divulguem, em suas plataformas digitais, dicas e informes sobre cuidados com a saúde mental.

15. Lei 17.502/21: Institui o 14 de março como Dia Marielle Franco de Enfrentamento À Violência Política Contra As Mulheres.

16. Lei 17.521/21: Institui, no calendário oficial do estado do Ceará, a campanha “Abril Verde” como mês de prevenção a acidentes de trabalho e doenças ocupacionais.

17. Lei 17.620/21: Proíbe o uso de canudos plásticos nos estabelecimentos comerciais.

18. Lei 17.688/21: Institui o Dia da Preta Tia Simoa e da Mulher Negra e a Semana Preta Tia Simoa de

combate à discriminação contra as mulheres negras no estado do Ceará.

19. Lei 17.899/22: Dispõe sobre a obrigatoriedade de bares, hotéis, restaurantes, fastfoods, food-trucks, sorveterias, docerias, delicatesses, padarias e outros estabelecimentos congêneres, que comercializem produtos prontos para consumo imediato, a informarem em seus cardápios, a presença e glúten, lactose, leite, peixe, amêndoas, corantes, castanhas, soja, ovo e crustáceos.

20. Lei 17.903/22: Denomina de professor Gilmar de Carvalho o Museu de Arte Popular dos Mestres e Mestras da cultura do Ceará.

21. Lei 17.904/22: Denomina sala Izaíra Silvino o foyer do Theatro José de Alencar.

22. Lei 17.909/22: Institui no calendário oficial do estado do ceará, a campanha Outubro Lilás como mês de promoção e valorização da saúde mental de profissionais da educação.

23. Lei 17.963/22: Institui o dia estadual de conscientização sobre a Síndrome de Edwards no calendário oficial do estado do Ceará.

24. Lei 18.153/22: Institui a Romaria da Santa Cruz e a Semana Ecos do Caldeirão no calendário oficial do estado do Ceará.

25. Lei 18.164/22: Diretrizes para a Política Esta-

dual de Educação Contextualizada para a Convivência com o Semiárido.

26. Lei 18.173/22: Proíbe os postos de combustíveis a abastecerem com gás natural veicular veículos que não apresentarem o certificado de segurança veicular para o seu uso.

27. Lei 18.260/22: Define diretrizes para a política estadual de promoção, fortalecimento, difusão e desenvolvimento da música cearense.

28. Lei 18.245/22: Assegura o direito ao transporte de bicicletas por parte dos usuários nas estações e nos vagões de metrô e do veículo leve sobre trilhos (VLT).

Obs: o Projeto de Lei 293/20, que denomina de “Dom Aloísio Lorscheider” o equipamento desportivo-cultural a ser construído no antigo Instituto Penal Olavo Oliveira – IPPOOI, foi aprovado, mas não virou lei. O Parque Dom Aloísio Lorscheider, no entanto, foi inaugurado pelo governo do Estado, em março de 2022.

Projetos de indicação

1. P.I. 09/2019: Ampliação do prazo da licença paternidade e regulamentação da licença adotante. (aguardando votação em plenário)

2. P.I. 10/2019: Fornecimento de fraldas descartáveis para portadores de lesão modular. (Aprovado em plenário)

3. P.I. 11/2019: Inclusão dos itens “Identidade

de Gênero” e “Nome Social” nos BOs e nos TCs. (Aprovado em plenário)

4. P.I. 12/2019: Projeto Professor Diretor de Turma. (Aguardando votação em plenário)

5. P.I. 13/2019: Extensão da proteção contra assédio moral aos servidores militares. (Aguardando votação em plenário)

6. P.I. 18/2019: Concede isenção da tarifa de esgoto aos trabalhadores desempregados. (Aprovado em plenário)

7. P.I. 20/2019: Institui o Programa de Diretrizes de Promoção de Segurança e Saúde no Trabalho de Profissionais de Segurança Pública. (Aguardando votação em plenário)

8. P.I. 59/2019: Dispõe sobre a criação do Centro de Memória Frei Tito de Alencar. (Aprovado em plenário)

9. P.I. 60/2019: Assegura salário-maternidade e licença-maternidade na hipótese de adoção. (Aprovado em plenário)

10. P.I. 382/2019: Institui o Fundo Estadual em Defesa da Saúde Mental e Combate à Depressão e ao Suicídio - FEDSM/CE e o Conselho Estadual em Defesa da Saúde Mental e Combate à Depressão e ao Suicídio - CEDSM/CE. (Aprovado em plenário)

11. P.I. 43/2020: Dispõe sobre o direito de participação sociopolítica de crianças e adolescentes

nos espaços de convivência e de construção da cidadania. (Aprovado em plenário)

12. P.I. 74/2020: Criação de memorial em homenagem às vítimas do novo coronavírus. (Aprovado em plenário)

13. P.I. 92/2020: Criação da delegacia especializada de combate à crimes cibernéticos. (Aprovado em plenário)

14. P.I. 96/2020: Criação da delegacia especializada no combate à intolerância religiosa. (Aprovado em plenário)

15. P.I. 26/2021: Institui o Programa de Renda Básica no Âmbito do Estado do Ceará. (Aprovado em plenário)

16. P.I. 130/2021: Inclui pessoas gestantes ou puérperas como grupo prioritário, na fase 1, do programa emergencial de vacinação para o combate e erradicação do vírus da Covid-19 no Estado do Ceará.

17. P.I. 304/2021: Institui a comissão intersetorial de mediação de conflitos fundiários urbanos do Ceará. (Aguardando votação em plenário)

18. P.I. 368/2021: Institui a Gratificação de Desempenho de Atividades de Vigilância Sanitária (GDAVS). (Aprovado em plenário)

19. P.I. 434/2021: Concessão de adicional de insalubridade em grau máximo para os servidores

públicos estaduais que exerceram atividades presenciais durante a pandemia de sars-cov-2 sem possibilidade de opção pelo trabalho remoto. (Aguardando votação)

20. P.I. 58/2022: Altera a lei nº 14.344, de 7 de maio de 2009, que dispõe sobre a criação da carreira de gestão ambiental e dos cargos de gestor ambiental e fiscal ambiental, altera o item 1, do anexo i, da lei nº 12.386, de 9 de dezembro de 1994, cria cargos de procurador autárquico, integrante da carreira de representação judicial, no quadro i do poder executivo para lotação na superintendência estadual do meio ambiente semace, e dá outras providências, e a lei nº 17.675, de 23 de setembro de 2021, que dispõe sobre a criação do subgrupo licenciamento, fiscalização e monitoramento ambiental, no grupo ocupacional atividade de nível superior ANS, no quadro i, do poder executivo, para lotação na Superintendência Estadual do Meio Ambiente - Semace. (Aguardando votação)

21. P.I. 103/2022: Amplia o prazo da licença paternidade e regulamenta a licença adotante dos servidores públicos civis e militares. (Aprovado em plenário)

22. P.I. 117/2022: Criação de um pelotão, no âmbito da 3ª Companhia do Batalhão de Polícia do Meio Ambiente, para atuação na Serra da Ibiapaba, a ser localizado no município de Ibiapina. (Aprovado em plenário)

Transparência

ECONOMIA COM VDP CHEGA A MAIS DE R\$ 670 MIL ENTRE 2019 E 2022

Em nosso segundo mandato de deputado estadual na Assembleia Legislativa do Ceará, economizamos mais de R\$ 670 mil no uso da Verba de Desempenho Parlamentar (VDP). No primeiro mandato (entre 2015 e 2018), a economia tinha sido de R\$ 494.215,54. Entre 2019 e 2022, esse valor foi ainda maior: R\$ 672.352,89. Somente no ano de 2020, em que a pandemia paralisou muitas atividades legislativas, a economia foi de mais de R\$ 250 mil.

A VDP é uma verba mensal para custeio dos gabinetes dos 46 deputados estaduais. O valor é fixo para

todos os parlamentares e se destina a viabilizar o exercício do mandato, custeando serviços de transporte, comunicação, internet, gráfica, etc. Uma das principais áreas de atuação do mandato se dá justamente na fiscalização da utilização dos recursos públicos. Por isso, entendemos que temos nós mesmos de dar exemplo, tratando com rigor, transparência e zelo o dinheiro que administramos.

Para acompanhar os gastos do nosso mandato, você pode acessar o site da Assembleia Legislativa (na aba “Transparência”) ou acessar o nosso site (também clicando na aba “Transparência”).

VERBA DE DESEMPENHO PARLAMENTAR (VDP) - 2019

Mês	VDP (R\$)	Valor gasto (R\$)	Saldo do mês	Economia realizada
Janeiro	31.559,93	13.031,54	18.528,39	18.528,39
Fevereiro	31.559,93	12.583,09	18.976,84	37.505,23
Março	31.559,93	13.765,97	17.793,96	55.299,19
Abril	31.559,93	17.888,29	13.671,64	68.970,83
Maio	31.559,93	31.861,13	-301,20	68.669,63
Junho	31.559,93	14.277,10	17.282,83	85.952,46
Julho	31.559,93	21.730,15	9.829,78	95.782,24
Agosto	31.559,93	16.664,90	14.895,03	110.677,27
Setembro	31.559,93	15.153,78	16.406,15	127.083,42
Outubro	31.559,93	18.592,39	12.967,54	140.050,96
Novembro	31.559,93	24.811,89	6.748,04	146.799,00
Dezembro	31.559,93	67.731,32	-36.171,39	110.637,61

VERBA DE DESEMPENHO PARLAMENTAR (VDP) - 2020

Mês	VDP (R\$)	Valor gasto (R\$)	Saldo do mês	Economia realizada
Janeiro	31.559,93	9.185,62	22.374,31	22.374,31
Fevereiro	31.559,93	25.094,12	6.465,81	28.840,12
Março	31.559,93	11.626,42	19.993,51	48.773,63
Abril	31.559,93	16.392,21	15.167,72	63.941,35
Maio	31.559,93	8.262,87	23.297,06	87.238,41
Junho	31.559,93	5.863,28	25.696,65	112.935,06
Julho	31.559,93	5.787,96	25.771,97	138.707,03
Agosto	31.559,93	8.332,88	23.227,05	161.934,08
Setembro	31.559,93	4.937,96	26.621,97	188.556,05
Outubro	31.559,93	6.603,41	24.956,52	213.512,57
Novembro	31.559,93	5.656,42	25.903,51	239.416,08
Dezembro	31.559,93	14.347,23	17.212,70	256.628,78

VERBA DE DESEMPENHO PARLAMENTAR (VDP) - 2021

Mês	VDP (R\$)	Valor gasto (R\$)	Saldo do mês	Economia realizada
Janeiro	31.559,93	9.101,37	22.458,56	22.458,56
Fevereiro	31.559,93	9.007,68	22.552,25	45.010,81
Março	31.559,93	9.900,50	21.659,43	66.670,24
Abril	31.559,93	11.705,88	19.854,05	86.524,29
Maio	31.559,93	8.486,06	23.073,87	109.598,16
Junho	31.559,93	8.152,27	23.407,66	133.005,82
Julho	31.559,93	8.035,26	23.524,67	156.530,49
Agosto	31.559,93	31.370,64	189,29	156.719,78
Setembro	31.559,93	14.416,62	17.143,31	173.863,09
Outubro	31.559,93	21.727,73	9.832,20	183.695,29
Novembro	31.559,93	25.288,62	6.271,31	189.966,60
Dezembro	31.559,93	55.438,28	- 17.212,70	172.753,90

VERBA DE DESEMPENHO PARLAMENTAR (VDP) - 2022

Mês	VDP (R\$)	Valor gasto (R\$)	Saldo do mês	Economia realizada
Janeiro	31.559,93	1.109,88	30.450,05	30.450,05
Fevereiro	31.559,93	21.969,47	8.873,01	40.040,51
Março	31.559,93	22.686,92	21.659,43	48.913,52
Abril	31.559,93	31.892,65	-332,72	48.580,80
Maio	31.559,93	29.829,58	1730,35	50.311,15
Junho	31.559,93	28.211,33	3.348,60	53.659,75
Julho	31.559,93	26.116,31	5.443,62	59.103,37
Agosto	31.559,93	19.637,41	11.922,52	71.025,89
Setembro	31.559,93	14.330,02	17.229,91	88.255,80
Outubro	31.559,93	11.044,33	20.515,60	108.771,40
Novembro	31.559,93	31.366,58	193,35	108.964,75
Dezembro	31.559,93	37.494,47	-5.934,54	102.836,86

VERBA DE ASSESSORIA (2019)

Mês	Verba de assessoria (R\$)	Valor gasto (R\$)	Número de assessores	Média salarial (R\$)	Economia (R\$)
Janeiro	73.039,90	71.954,50	26	2.767,48	1.085,40
Fevereiro	91.756,69	69.925,00	24	2.913,54	21.831,69
Março	91.756,69	80.951,00	24	3.372,96	10.805,69
Abril	91.756,69	85.431,00	25	3.417,24	6.325,69
Maiο	91.756,69	78.871,00	23	3.429,17	12.885,69
Junho	91.756,69	79.840,00	23	3.471,30	11.916,69
Julho	91.756,69	79.840,00	23	3.471,30	11.916,69
Agosto	91.756,69	78.005,00	23	3.391,52	13.751,69
Setembro	91.756,69	83.175,00	24	3.465,63	8.581,69
Outubro	91.756,69	83.175,00	24	3.465,63	8.581,69
Novembro	91.756,69	83.175,00	24	3.465,63	8.581,69
Dezembro	91.756,69	83.175,00	24	3.465,63	8.581,69

VERBA DE ASSESSORIA (2020)

Mês	Verba de assessoria (R\$)	Valor gasto (R\$)	Número de assessores	Média salarial (R\$)	Economia (R\$)
Janeiro	91.756,69	83.175,00	24	3.465,63	8.581,69
Fevereiro	91.756,69	82.723,00	24	3.446,79	9.033,69
Março	91.756,69	82.723,00	24	3.446,79	9.033,69
Abril	91.756,69	82.723,00	24	3.446,79	9.033,69
Maio	91.756,69	82.723,00	24	3.446,79	9.033,69
Junho	91.756,69	82.723,00	24	3.446,79	9.033,69
Julho	91.756,69	79.958,00	22	3.634,45	11.798,69
Agosto	91.756,69	78.441,00	21	3.735,28	13.315,69
Setembro	91.756,69	78.441,00	21	3.735,28	13.315,69
Outubro	91.756,69	73.445,00	20	3.672,25	18.311,69
Novembro	91.756,69	73.445,00	20	3.672,25	18.311,69
Dezembro	91.756,69	73.445,00	20	3.672,25	18.311,69

VERBA DE ASSESSORIA (2021)

Mês	Verba de assessoria (R\$)	Valor gasto (R\$)	Número de assessores	Média salarial (R\$)	Economia (R\$)
Janeiro	91.756,69	86.837,00	22	3.947,14	4.919,69
Fevereiro	91.756,69	83.153,00	23	3.615,35	8.603,69
Março	91.756,69	85.320,00	24	3.555,00	6.436,69
Abril	91.756,69	85.320,00	24	3.555,00	6.436,69
Maiο	91.756,69	87.647,00	25	3.505,88	4.109,69
Junho	91.756,69	87.647,00	25	3.505,88	4.109,69
Julho	91.756,69	87.647,00	25	3.505,88	4.109,69
Agosto	91.756,69	91.588,00	25	3.663,52	168,69
Setembro	91.756,69	91.588,00	25	3.663,52	168,69
Outubro	91.756,69	89.068,00	25	3.562,72	2.688,69
Novembro	91.756,69	89.068,00	25	3.562,72	2.688,69
Dezembro	91.756,69	85.758,00	24	3.573,25	5.998,69

VERBA DE ASSESSORIA (2022)

Mês	Verba de assessoria (R\$)	Valor gasto (R\$)	Número de assessores	Média salarial (R\$)	Economia (R\$)
Janeiro	91.756,69	87.904,00	24	3.662,66	3.852,69
Fevereiro	91.756,69	91.214,00	25	3.648,56	542,69
Março	91.756,69	91.214,00	25	3.648,56	542,69
Abril	91.756,69	88.323,00	24	3.680,12	3.433,69
Maiο	91.756,69	88.323,00	24	3.680,12	3.433,69
Junho	91.756,69	88.323,00	24	3.680,12	3.433,69
Julho	91.756,69	84.323,00	23	3.666,21	7.433,69
Agosto	91.756,69	84.323,00	23	3.666,21	7.433,69
Setembro	91.756,69	84.323,00	23	3.666,21	7.433,69
Outubro	91.756,69	84.323,00	23	3.666,21	7.433,69
Novembro	91.756,69	84.323,00	23	3.666,21	7.433,69
Dezembro	91.756,69	84.323,00	23	3.666,21	7.433,69

quem faz o mandato

É TEMPO DE RESISTÊNCIA (2022)

Afrânio Castelo

Coord. de Articulação Política

Alana Soares

Ass. de Comunicação

Angeline Carolino

Ass. Administrativa

Antonio Rodrigues da Silva Jr.

Ass. de Comunicação

Cecília Feitoza

Ass. de Articulação Política

Daniela Silva

Ass. de Movimentos Sociais

Elizandro Anjos

Ass. de Comunicação

Érica Pontes

Ass. de Meio Ambiente

Fabiano Corrêa Ribeiro

Motorista

Felipe Araújo

Ass. de Comunicação

Higor Rodrigues

Ass. Jurídica

Hugo Dantas

Ass. Jurídica

Jéssica Rebouças

Ass. de Movimentos Sociais

José Filho

Motorista

Leila Paiva

Coord. de Gabinete

Lia Bezerra

Ass. Jurídica

Lucas Costa

Ass. de Movimentos Sociais

Lucimar Rocha

Secretária

Margarida Marques

Ass. de Direitos Humanos

Marcel Cabral

Ass. de Movimentos Sociais

Mariana Tamas

Ass. de Comunicação

Moesio Mota

Ass. de Articulação Política

Monica dos Santos

Ass. de Movimentos Sociais

Nildo Dantas

Motorista

Paulo Giovani

Ass. Regional



 www.renatoroseno.com.br

 /RenatoRoseno50

 @renatoroseno

 www.telegram.me/renatoroseno

 @renatoroseno

 contato@renatoroseno.com.br

 (85) 99864.5050 // (85) 3277.2792

 Av. Desembagador Moreira, 2807
Gabinete 314
Dionísio Torres | 60.170-900
Fortaleza/CE